

ECONOMIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA

RESPONSÁVEL: AMALIA MARIA GOLDBERG GODOY

Resumo

Neste tópico são apresentados e discutidos os resultados de levantamentos de dados secundários e primários, com ênfase nos primeiros, que visaram o entendimento dos processos demográficos, econômicos e das políticas públicas vigentes nos municípios paranaenses localizados nas imediações da área de estudo do PELD-Planície de Inundação do rio Paraná. Procurou-se detalhar aqueles referentes aos aspectos ambientais.

Introdução

Para o entendimento das estruturas sociais vigentes e dos efeitos das atividades econômicas desenvolvidas sobre as populações na região do projeto de pesquisa é necessário, primeiramente, se ter uma visão das políticas municipais, estaduais e federais que foram e estão sendo implementadas nos municípios. Nesse contexto, discute-se as políticas públicas levadas adiante na região norte e noroeste como um todo, tendo como base o processo de ocupação e, posteriormente, modernização agrícola que resultaram em expulsão do trabalhador do campo, diminuição da população economicamente ativa nos municípios menores, inchamento dos municípios de médio e grande portes e desequilíbrios ambientais. Estes desequilíbrios, por sua vez, geraram vários programas governamentais de minimização tanto dos impactos sociais quanto ambientais,

além da criação de unidades de conservação. Essa situação aliada à descentralização do governo federal vem contribuir para o entendimento da complexidade da situação no que se refere à esfera pública.

Nesse contexto, este relatório tem como objetivos apresentar levantamentos que se fazem necessários para o entendimento da política regional visando contextualizar a questão da qualidade de vida. No capítulo II, serão apresentados alguns aspectos das políticas estaduais e regionais implementadas na região. No capítulo III, será apresentada a realidade econômica, social e ambiental da região, enfocando, particularmente, alguns aspectos dos impactos ambientais causados pela modernização agrícola e as políticas públicas implementadas que atingem a região e visam a minimização do processo de desequilíbrio ambiental, com destaque para a criação das unidades de conservação. No capítulo IV serão

apresentados levantamentos sobre a região noroeste do Estado do Paraná, onde está inserida a região de estudo, visando a sua caracterização; no capítulo V serão apresentados informações sobre os municípios da região noroeste, que se localizam na área de abrangência do projeto PELD; e finalmente, no capítulo VI apresentaremos algumas conclusões baseadas nos dados obtidos nesse estudo.

O processo de descentralização do governo federal e as políticas regionais: uma visão preliminar

Até recentemente, o planejamento estadual estava atrelado aos programas nacionais e eram formulados com base nas políticas nacionais. Os grandes planos de desenvolvimento de nível nacional traçavam as metas e as ações a serem desenvolvidas nos estados. Estes, por sua vez, formulavam as suas ações com base nas metas e ações nacionais. No Paraná, como exemplos dessa forma centralizada de planejamento, podem ser citados os corredores de exportação, a malha rodoviária estadual, a construção de usinas hidrelétricas, a modernização do Porto de Paranaguá, a modernização tecnológica da agricultura paranaense, o crescimento e fortalecimento do complexo agro-industrial e do agronegócios, entre outros.

Esse modelo político e administrativo centralizado teve como reflexo: a) um excessivo corpo de normas e regulamentos que pulverizam responsabilidades e criam, assim, a necessidade de controles centrais; b) a concentração de recursos financeiros que são distribuídos segundo critérios definidos igualmente por um núcleo de poder; c) o esvaziamento das competências locais em favor do governo central; e d) as barreiras que se opõem ao controle social sobre a formulação e implementação de políticas públicas (Gusmão, 1996:162).

Segundo ainda o autor, os processos que

condicionam a descentralização/municipalização até a promulgação da Constituição de 1988 são:

- a) a urbanização acelerada de base econômica nacional que forçou a descentralização do poder político antes concentrado em alguns núcleos, principalmente, na capital nacional;
- b) a pobreza que se generaliza e deixa de ser característica das regiões menos desenvolvidas, faz com que as políticas federais que intervínham com políticas compensatórias passem a agir de maneira a corrigir os desníveis intra-regionais;
- c) a redemocratização que se reflete na elaboração da Constituição de 1988 e dispõe sobre a cidadania e a autonomia dos municípios;

Conseqüentemente, as transformações das economias mundial e nacional têm feito com que o padrão centralizado de planejamento (formulação e operacionalização de políticas públicas em nível de governo federal) ceda lugar a um outro padrão que é descentralizado, cuja racionalidade está marcada pela interação dos diversos atores no processo de desenvolvimento. É o caso da descentralização dos serviços de saúde, de educação, de infra-estrutura, entre outros.

Outro aspecto que sofre uma mudança substancial com o novo modo de planejar é a ação do estado. Antes, no modelo centralizado, o estado desempenhava um papel definidor de prioridades, ações e meios para alcançar os fins por ele propostos. Agora, o estado, tanto em nível federal como estadual, passa essa ação para os municípios ou, como se passam agora a chamar, os agentes sociais locais.

Do ponto de vista financeiro, a promulgação da Constituição de 1988 significou um efetivo crescimento das rendas dos municípios por meio do aumento percentual da participação destes na divisão dos tributos estaduais e federais arrecadados em seu território. Entretanto, municípios pequenos, com baixa atividade econômica e baixa arrecadação, seguem dependendo excessivamente das transferências

governamentais, particularmente, o Fundo de Participação Municipal, enquanto que municípios maiores, com potencial de arrecadação maior, têm maior autonomia.

Dowbor (1993) comenta que face à rápida e desorganizada retirada das agências federais, as municipalidades passam a se encontrar na linha de frente de uma situação explosiva que exige intervenções ágeis, as quais extrapolam as tradicionais rotinas de cosmética urbana, pois envolvem amplos projetos de infra-estrutura, políticas sociais e programas de emprego, inclusive estratégias locais de dinamização das atividades econômicas.

Conseqüentemente, neste momento de transição, as responsabilidades e muitos aspectos das finanças municipais ficam nas mãos das autoridades e atores locais. Discutir a região objeto de estudo, sem discutir as políticas implementadas pelas administrações públicas seria discutir a vida dos animais sem discutir o habitat em que vivem.

Nesse contexto, no Paraná existem duas linhas distintas de atuação governamental:

- a) uma, de caráter mais centralizado, que é voltada para o planejamento urbano. Este é desenvolvido em conjunto com as associações dos municípios do Paraná, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU);
- b) outra, que se volta para o planejamento e desenvolvimento regional, sob a direção da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL).

A SEDU desenvolveu e é a executora do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento (Paraná Urbano), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coadjuvado pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Este programa é trabalhado em parceria com a Associação dos Municípios do Paraná. Em cada um dos municípios pertencente à

Associação é efetivado um convênio para criação de uma estrutura mínima de apoio institucional e condições para execução e acompanhamento das obras para as quais forem obtidos financiamentos. Também são contratados serviços especializados de consultoria (privada) e assistência técnica para elaboração de planos de desenvolvimento e oportunidades de investimento para as associações de municípios, como aconteceu, no ano de 1998, para a AMUSEP (região de Maringá) e AMOP (oeste paranaense).

Paralelamente, a Secretaria do Planejamento (SEPL) desenvolve ações de apoio a iniciativas de desenvolvimento regional que surjam das comunidades locais, preferencialmente aquelas que sejam fruto de um contingente de municípios que se unam em busca de alternativas para a realidade regional e local. Ficam excluídas da atuação da SEPL aquelas ações desenvolvidas pelas associações municipais. Portanto, de uma maneira geral, muitas das iniciativas de desenvolvimento regional, hoje partem das comunidades locais ou regionais que buscam encontrar soluções para o processo de estagnação ou de falta de opção de emprego e de renda dos municípios do interior do Paraná.

A maioria das vezes, esta iniciativa conta com alguma forma de apoio institucional no processo de conscientização e de mobilização, como, por exemplo, do Sebrae, que trabalha junto às prefeituras e com a classe empresarial procurando estimular as empresas e atividades econômicas existentes no local. Dessa intervenção surgiram diversas ações de desenvolvimento como pode ser observado na Tabela 1 que, relaciona as iniciativas existentes nos municípios da região de estudo.

Existe também o caso da EMATER que elaborou os Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), além de outras iniciativas que procuram englobar regiões como forma de aglutinar esforços de desenvolvimento.

Tabela 1. Ações regionalizadas na região noroeste do Estado do Paraná (Fonte: CIR/SEPL/PR).

MUNICÍPIOS	MOVIMENTO REGIONAL
Loanda	Pacto Arenito
Paraíso do Norte	Programa de Emprego e Renda (PRODER).
Paranavaí	Paranavaí – Século XXI
Planaltina do Paraná	Pacto Arenito
Porto Rico	Pacto Arenito
Querência do Norte	Pacto Arenito
Santa Cruz do Monte Castelo	Pacto Arenito
Santa Mônica	Pacto Arenito
São Pedro do Paraná	Pacto Arenito

Atualmente, tanto o Sebrae quanto a EMATER têm levado a proposta da região se organizar no sentido de atrair novos investimentos e melhorar as condições de competitividade dos atuais empreendimentos com vistas a alcançar mercados internos e externos, notadamente os do Mercosul.

De maneira geral, as iniciativas não têm tido maior continuidade, tanto por falta de recursos do Governo do Estado e pelo dismantelamento da máquina administrativa e do planejamento estadual. Portanto, na prática, as prefeituras, em geral, mal preparadas tecnicamente, com baixos recursos e problemas financeiros têm desenvolvido ações locais e regionais que nem sempre levaram e levam em conta os aspectos sociais, a qualidade de vida dos habitantes e o meio ambiente.

Passa-se a destacar, como um dos programas de grande repercussão na região, a modernização tecnológica e os desequilíbrios ambientais ocasionados.

Aspectos econômicos, sociais e ambientais da agropecuária regional

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Em meados dos anos 60 e começo dos anos 70, ocorreu a disseminação do novo modelo

agrícola, cujos efeitos o levaram a ser conhecido como Revolução Verde. O modelo, baseado na produção de grãos, acenava a elevação da produtividade através de sementes melhoradas, cuja utilização estava atrelada ao uso de máquinas pesadas, implementos e insumos químicos. Se, por um lado, o estado tornou-se o maior produtor de soja e trigo e passou a ser um dos maiores exportadores, por outro, houve sérias conseqüências sociais e ambientais vinculadas à nova forma de produzir.

Vários elementos colaboraram na implementação da revolução verde, em particular na região norte do Paraná: de um lado, a queda dos preços internacionais do café e as fortes geadas e, do outro, a perspectiva de aumento da produção, a elevação dos preços agrícolas dos grãos e o relevo não apresentar restrições à mecanização. O crédito rural de investimento e de custeio foi a mola propulsora da modernização e o direcionador do processo. A concessão de recursos se deu de maneira a beneficiar médios e grandes proprietários, tanto os que tinham terras em condições favoráveis de plantio quanto os que possuíam terras com restrições para o cultivo (relevo acidentado e solo pedregoso), que acessaram créditos para atividades pecuárias intensivas em capital ou reflorestamento (Godoy, 1994).

Além de resultar na diminuição das lavouras permanentes, em particular as de alimento, a alta concentração da terra nas mãos dos médios e

grandes produtores, a introdução da agricultura moderna provocou a mudança nas relações de trabalho com a substituição dos trabalhadores permanentes por temporários, a expulsão de mais de um milhão de pessoas do campo e o inchamento das cidades de médio e grande portes. Esta população nos centros urbanos, em grande parte, ficou subempregada ou desempregada, morando em habitações precárias, sem infra-estrutura, geralmente, situadas em áreas de invasões problemáticas e sujeitas a inundações, deslizamentos de terras, entre outros.

Ao mesmo tempo em que ocorreram os graves problemas sociais, o modelo implementado de modernização agrícola trouxe, em seu bojo, sérios desequilíbrios ambientais.

Os impactos ambientais

Dentre os diversos impactos ambientais acarretados pelo processo de modernização, e que serão discutidos a seguir estão o uso inadequado de agrotóxicos, que pode levar a contaminação das águas; o desmatamento, a compactação e erosão dos solos, e o assoreamento dos rios.

Agrotóxicos

Dados do Censo Agropecuário do Paraná (1996:31-33), mostram que cerca de 65,5% dos estabelecimentos agrícolas paranaenses usaram fertilizantes. Se considerados os 215,2 mil estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção de lavouras (culturas temporárias, permanentes e horticultura) essa proporção sobe para 75,7%. A mesma fonte aponta que cerca de 86% dos mesmos realizaram controle de pragas. No entanto, apesar da utilização intensiva de agrotóxicos (chamados “comercialmente” de defensivos agrícolas, englobam os adubos químicos, herbicidas, fungicidas e inseticidas), pouco mais de 40% dos estabelecimentos paranaenses recorreram à assistência técnica.

Além do fácil acesso ao produto e da falta de assistência técnica, a manipulação dos agrotóxicos, em grande parte, é realizada por

trabalhadores que são mal ou não são treinados para trabalhar com produtos tóxicos e conhecem pouco os perigos a que se expõem, inclusive pelo fato de a maioria ser analfabeta ou semi-analfabeta.

Os impactos parecem ser enormes, diversos e, em muitos casos, duradouros. Os agrotóxicos modificam o equilíbrio da flora, fauna, água, ar e solo, interferem na biodiversidade e, inclusive, na população humana. Em contato com o Homem, são observados efeitos de curto prazo (tais como, a intoxicação e queimadura) e de longo prazo como o aparecimento do câncer e mutações genéticas, já que os resíduos nos alimentos, em muitos casos, são persistentes e se acumulam na cadeia alimentar.

No Paraná, os casos de intoxicação, apesar de terem diminuído nos anos 80, dobraram a partir dos anos 90, além de serem em número significativo. E, como se pode observar na Tabela 2, os casos de suicídio e acidentes que ocasionam mortes não podem deixar de ser ignorados. O Programa de Notificação de Intoxicações por Agrotóxicos do Paraná, ligado à Promotoria Pública do Ministério Público do Estado do Paraná, afirma que a alta porcentagem de óbitos se deve ao fácil acesso da população ao produto.

Com o aumento no uso de agrotóxicos, ocorrem aumentos no número de intoxicações e mortes. Por exemplo, o uso de inseticidas aumentou em 489%, os fungicidas em 197%, os herbicidas em 1.346% e os adubos químicos em 444%. Soma-se a isso, o fato de o número de tratores aumentar em 345% (DERPSCH, 1991: 40).

Pode-se, portanto, dizer que, além dos problemas econômicos acarretados pelo uso crescente dos agrotóxicos, os programas existentes de acompanhamento do agricultor, as assistências técnicas públicas e privadas não reverteram o processo no qual o homem ainda é a vítima: continuam a ser significativos os casos de intoxicações e morte por manipulação incorreta do agrotóxico. Não se pode esquecer

que as notificações são feitas por uma parcela da população atingida, portanto, na realidade, esses números podem ser mais expressivos. Matuo et al. (1992) constatou que os níveis de DDT, proibido de ser comercializado nos Estados Unidos, detectado em leite humano de pessoas

expostas ocupacionalmente na agricultura brasileira foram, na média, três vezes superiores aos limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde e seis vezes superior aos níveis detectados em pessoas não expostas.

Tabela 2 – Casos de intoxicações, suicídios e total de mortes por agrotóxicos (Fonte: Souza, 1995:76).

ANO	INTOXICAÇÕES	SUICÍDIOS	TOTAL DE MORTES
1982	323	25	25
1983	1.875	24	25
1984	2.356	93	144
1985	1.075	56	76
1986	840	55	82
1987	567	28	39
1988	534	30	45
1989	558	58	61
1990	1.137	94	97
1991	1.187	90	101

Além disso, os alimentos consumidos no setor urbano são impregnados de agrotóxicos e muitos com níveis acima do tolerado atingindo diretamente o consumidor que tem pouco conhecimento do produto que consome.

Além do uso intensivo de agrotóxicos e a manipulação incorreta, os resíduos dos agrotóxicos possuem alto grau de persistência nos solos, nas águas e nos organismos de animais. Poltroniéri (1997:133), apontou que 19% da amostra da carne testada no estado de São Paulo possuía resíduos de inseticidas acima do limite tolerável, dos quais 97% possuíam resíduos como: BHC, Aldrin, DDT. Destacou, também, que existe uma destinação bem clara dos produtos com maior ou menor quantidade de agrotóxicos, com evidentes prejuízos para o mercado interno brasileiro. *“Vale dizer que toda a carne com resíduos elevados destina-se ao consumo interno enquanto que as outras com menos resíduos são destinadas a exportação”*.

Outra fonte de impacto e considerado um fator que contribui para o aumento dos casos de intoxicações e morte é o descarte das

embalagens. As mesmas são, muitas vezes, jogadas no local de utilização (melhor dizendo, abandonadas), queimadas, enterradas, reutilizadas, vendidas, lavadas à beira de rios ou, simplesmente, armazenadas sem maiores preocupações com a saúde humana, dos animais e do meio ambiente. O descarte de embalagens não lavadas ou lavadas à beira dos rios são fontes poluidoras de mananciais hídricos. A queima das embalagens provocam a intoxicação de pessoas e animais pelos gases emitidos.

A legislação em vigor estabelece que a responsabilidade do fabricante é informar as técnicas necessárias para o descarte final das embalagens de agrotóxicos. No entanto, as medidas para o descarte seguro nem sempre são seguidas, por vários fatores: muitos não sabem ler ou não usam os equipamentos protetores, não haver instalações básicas para se lavarem com água e sabão após a aplicação ou, ainda, os agrotóxicos serem transferidos das embalagens rotuladas originais para vasilhames menores, sem rótulos, que são distribuídos aos agricultores.

Em 16/05/2000 foi sancionada uma lei que obriga os fabricantes de agrotóxicos receberem as embalagens dos produtos após a sua utilização. Um grande avanço na legislação ambiental. Resta a necessidade que exista o efetivo cumprimento da lei, quer dizer, que o consumidor final esteja orientado para devolver os vasilhames no local de compra e o fabricante receba-os e dê um destino correto aos mesmos.

3.2.2 - Erosão

A cafeicultura foi o veículo de incorporação dos recursos naturais e, destacadamente, da terra fértil da região norte e noroeste do Paraná. A atividade cafeeira expandiu a fronteira agrícola para a continuidade da acumulação, tal como já havia ocorrido no Estado de São Paulo. Nesse contexto, ocorreu tanto o processo de expansão das atividades agrícolas quanto a ocupação das novas terras, com a criação da infra-estrutura, principalmente, para o escoamento do produto.

A divisão fundiária das terras do norte e noroeste do Paraná, conhecida por “espinha de peixe”, foi a forma adotada para a venda de lotes. Os destinados às atividades agrícolas foram demarcados de modo a incluir, todos eles, uma parte de baixadas contíguas a um curso d’água corrente e uma parte de espigão, com frente para a estrada de rodagem. Esse tipo de planejamento desconsiderou o relevo e, principalmente, a dinâmica hidrológica das regiões. Com o crescimento populacional e uma ocupação intensiva do solo nas áreas rurais e urbanas verificou-se um acelerado processo de erosão do solo.

Na região Norte, basicamente as microrregiões homogêneas de Maringá, Apucarana e Campo Mourão, nesse período, os processos de erosão não foram considerados tão graves, dada a ocorrência de solos mais argilosos –derivados de rochas basálticas – e o fato de estar sendo ocupados, na época, com culturas permanentes e pastagens.

O noroeste, microrregiões homogêneas de Paranavaí e Umuarama, foi a região mais

afetada, devido à fragilidade de seu solo –predomínio de solos arenosos derivados da formação geológica de origem sedimentar, denominado Arenito Caiuá (Unilivre, 1995:2).

A erosão na região noroeste do Paraná é um problema antigo, pois, entre a ocupação e o surgimento da erosão houve um curto período de tempo. A partir dos anos 50, já surgiam projetos de engenharia de controle da erosão, principalmente em Paranavaí, que tinha sido fundada há poucos anos. Simultaneamente ao aumento da urbanização, surgiam as voçorocas que se espalhavam por Pérola, Paranacity, Cianorte, Santa Cruz do Monte Castelo, Alto Paraná, Loanda e dezenas de municípios (SEMA, 1992, 14).

O Paraná perde anualmente, em média, 20 toneladas de terra/ hectare/ano de solo erodido, que são transferidos para os rios com nutrientes imprescindíveis ao solo. *“As águas levam, a cada ano, US\$ 200 milhões da economia estadual. Esta situação tem levado os produtores a quadruplicar o uso de insumos para manter os mesmos níveis de produtividade de 20 anos atrás”* (idem, ibidem, p. 56).

É no noroeste do estado que ocorrem as maiores perdas de solo, de umidade e erosão, região na qual a implantação de tecnologia se deu sem levar em conta as condições específicas e acarretando aumentos dos custos nas culturas anuais. Esses efeitos ambientais podem estar influenciando, inclusive, no deslocamento da produção para as novas fronteiras agrícolas.

A erosão provoca ainda o assoreamento dos rios, a poluição dos mananciais de abastecimento de águas, redução da vida útil das cidades e das estradas rurais. Na atividade agrícola ocorre o aumento nos custos de manutenção dos solos para a geração quase que da mesma quantidade de produtos agrícolas o que ocasiona a necessidade de maior assistência técnica em conservação do solo.

A erosão, portanto, é o resultado de problemas ligados ao uso e manejo inadequado dos recursos naturais. Ela causa o

empobrecimento e desgaste do solo resultando em prejuízos, diminuições/frustrações de safra, destruição do solo, êxodo rural, entre outros, ou seja, prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

Desmatamento

Como o estado do Paraná só foi,

sistematicamente, (re) ocupado (A região foi originalmente ocupada por índios das tribos Kaingang, Guarani e Xetá (Tomazi, 1999) no século XX, a preservação da sua cobertura florestal ocorreu até o início do século (Tabela 3).

Tabela 3: Evolução do uso da terra (em ha) no Estado do Paraná de 1895 a 1996 (Perma: permanente; Tempor: temporária) (Fonte: FIBGE 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1996).

ANO	LAVOURAS			PASTAGENS			MATAS NATIVAS
	PERMA	TEMPOR	TOTAL	NATURAIS	PLANTADA	TOTAL	TOTAL
1895	-	-		-	-	-	16.782.700
1930	-	-		-	-	-	12.904.600
1940	199.030	545.340	744.370	2.043.402	-	2.043.402	11.803.400
1950	885.650	664.572	1.550.222	1.967.767	280.815	2.048.782	7.983.400
1960	1.877.122	1.783.849	3.660.971	1.912.051	781.977	2.694.028	5.563.600
1970	1.306.227	3.412.378	4.718.605	1.809.429	2.700.281	4.509.710	4.813.600
1975	1.180.501	4.447.034	5.627.535	1.683.815	3.299.824	4.983.639	1.363.600
1980	992.320	5.092.711	6.085.031	1.534.151	3.986.047	5.520.198	1.053.600
1985	608.147	5.434.405	6.062.559	1.422.884	4.576.720	5.999.604	2.013.930
1996	311.374	4.789.135	5.100.509	1.377.484	5.299.828	6.677.312	2.081.587

Assim, observa-se que, no estado, temos três períodos de devastação das matas nativas: o primeiro entre o final do século XIX e 1930. Nesse período, as florestas que eram significativas em termos de quantidade e área ocupada foram reduzidas a 64,8% do estado devido à extração acentuada da madeira. O segundo, entre 1940 e 1950, ocorre com a implantação de lavouras de café bem como a significativa utilização das pastagens naturais com a criação extensiva. Nesse período, foram destruídos mais de 4.000.000 ha de matas nativas localizadas, principalmente na região Norte e Noroeste do estado, onde ocorreu a expansão destas atividades.

Contribuindo para a noção do que ocorria no período, Dorst (1977) escreve que, em 1964, se derrubava no Paraná 2.500 km² de matas ao ano,

o que correspondia a 50.000.000 de m³ de madeira, das quais apenas 6 milhões eram aproveitadas, o restante era abandonada.

Por último, a devastação surpreendente que ocorreu em curto período de tempo, isto é, entre 1970 e 1975, na qual foram destruídos mais 3.450.000 hectares de florestas nativas. Este período coincide com a expansão das culturas temporárias e, principalmente, pastagens plantadas, na mesma região.

Observa-se, também, que ocorreram vários processos simultâneos: o primeiro, é a contínua substituição das lavouras permanentes por temporárias. Os programas governamentais implementados nos últimos anos (Paraná Rural e Paraná 12 meses no qual existe a continuidade do projeto das vilas rurais e o retorno do homem ao campo com o café adensado) não

conseguiram reverter o processo. Destaca-se que houve diminuição das lavouras temporárias, no ano de 1996, mas esta ocorreu por diminuição dos preços na safra anterior e políticas de financiamento.

O segundo, é o aumento constante da área ocupada por pastagens, que passa a ocupar praticamente a mesma área total que as lavouras, após os anos 70. Ao lado disso, ocorre a contínua diminuição das pastagens naturais e, concomitante, aumento das pastagens plantadas devido ao aumento da pecuária de corte cujo efetivo de bovinos passou de 8,6 milhões de cabeças em 1985 para 9,9 milhões de cabeças em 1996.

O terceiro movimento é a contínua redução das matas nativas. Nota-se, também, que o Paraná passou de 14.076,1 mil ha de área agrícola, em 1985, para 13.859,4 mil ha, em 1996. Esta diminuição ocorreu em função da diminuição no número de estabelecimentos agrícolas (que passou de 466.397 para 369.875, no mesmo período) e da perda de área agrícola para outros usos como: áreas urbanas, áreas de recreio rural, represas hidroelétricas, construção de estradas e outras infra-estruturas (IBGE, 1996:28).

As políticas agrícolas das últimas décadas, conseqüentemente, fizeram com que as florestas do estado fossem dizimadas em favor da produção agropecuária, principalmente, voltada à exportação. No ano de 1996, 70,5% do solo paranaense estava sendo utilizado pela agropecuária. Imensas áreas de florestas foram destruídas para dar lugar às monoculturas de soja, algodão, trigo e cana de açúcar e pecuária.

O estado do Paraná tem, atualmente, apenas 10,5% de sua superfície coberta por matas nativas (As matas e florestas nativas chegaram a representar 5,1% da área do Estado, no ano de 1985. Parte da recuperação das áreas pode ser explicada pelo aumento no número de unidades de conservação no Estado, incentivada pela implantação do ICMS ecológico), sendo que estas estão distribuídas irregularmente, ou seja,

estão concentradas no Extremo Leste (Serra do Mar), no Centro Sul e Oeste do Paraná (Parque Nacional do Iguaçu). As áreas protegidas juridicamente são em proporção bem menor. Jacobs (1997:78) afirma que *“apesar da extensão da área dos ecossistemas originais, a área efetivamente protegida limita-se a 485.635, 07 ha, ou seja, 2,41% da superfície do estado e 2,89% de área dos ecossistemas originais”*.

O processo de desmatamento sistemático em função do aumento da atividade agrícola exportadora provocou, também, a perda da biodiversidade e alterações climáticas. A perda da biodiversidade é significativa, comprometendo a reprodução das espécies, colocando diversas na listagem de flora e fauna ameaçadas de extinção.

Apesar das dificuldades metodológicas para a avaliação da redução da biodiversidade, alguns estudos foram realizados no Paraná. Uma das causas principais da extinção de espécies da flora e fauna está na agricultura, segundo a SEMA (1995). Das 60 espécies de mamíferos em perigo de extinção no Brasil, 21 se encontram no Paraná, entre eles: buggio, lontra, ariranha e onça pintada. Das 708 aves existentes, 117 aves estão em perigo de extinção no estado, citam-se: Tico-tico de bico preto, curió, graúna, rolinha e gavião. Das 140 espécies existentes no Brasil de répteis, 12 dos em perigo de extinção estão aqui, entre os quais: jacaré de papo amarelo e cobra verde. Soma-se à lista de perigo de extinção: 16 borboletas e 578 espécies de plantas, entre elas, jaborandi, pau marfim, petúnia, guabirova, guamirim, várias espécies de orquídeas, hibiscos, jatobá, jacarandá e, em especial, o símbolo do Paraná: o Pinheiro do Paraná. A taxa de extinção natural antes da presença do homem na Terra era da ordem de 900.000 por 1 milhão de anos, ou seja, uma espécie se extinguiu a cada 13 meses e meio (Relatório Brundtland, 1987). Hoje em dia, a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 1992) indica que a extinção está por volta de 5 mil espécies por ano, ou seja, 13,7 espécies por dia ou ainda 5,5 mil vezes

mais acelerada que o processo natural.

No que tange às alterações climáticas, com o desmatamento ocorre o desequilíbrio entre a temperatura e a umidade. Os aumentos da transpiração e de evaporação alteraram o microclima para a proteção do solo e do cultivo. Entre 1960 e 1980, a velocidade do vento na região noroeste do Paraná passou de 20/30 km/hora para 80/120 km/hora.

Em vinte anos na região Norte e Oeste do estado as precipitações perderam sua regularidade. Além disso, o desmatamento florestal provocou alterações no solo, como afirma (Montoya, 1993:683), *"A ação direta das precipitações e temperaturas no solo induz erosão hídrica, lixiviação dos horizontes superiores, perda de matéria orgânica de nutrientes, rebaixamento do lençol freático, entre outros aspectos, alterando a estrutura do solo [...] O processo de degradação não é um fenômeno isolado. Além de interativo, muitas vezes ocorre em cadeia (um passa a ser a causa do outro), fechando ciclos extremamente prejudiciais ao bem-estar sócio-econômico e ambiental"*.

AS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Das diversas políticas públicas existentes, serão abordadas aquelas que, ao nosso ver, acarretaram maiores implicações sociais, econômicas e ambientais. São as voltadas para a criação de unidades de conservação e ao controle da erosão.

Unidades de Conservação e o ICMS ecológico

Até o início dos anos 40, a criação de áreas protegidas deu-se por aproveitamento da abundância de terras devolutas. Segundo Gubert Filho & Oliveira (1997), em 1943, o interventor Manoel Ribas destinou terras devolutas ainda não ocupadas situadas no interior do Paraná para a criação da Reserva Florestal do Paranapanema, com 248.000 ha e da Reserva Florestal do Piquiri, com 224.000 ha. Em janeiro de 1948, o governo paranaense reservou, como patrimônio inalienável do Estado, áreas mínimas de 121 ha de terras devolutas nas regiões onde se situavam

os remanescentes das primitivas reduções jesuíticas de Vila Rica, São Tomé, Arcângelo, Santo Antônio, Encarnação, São Miguel, Loreto, Santo Inácio, Jesus Maria e Guaíra. O território paranaense contava com 475.000 ha, ou seja, 2,37% do território estadual legalmente protegidos e considerados reservas florestais.

Na década de 1950, com a ocupação do Norte e Noroeste do estado e a expansão da cultura de café, muitas destas áreas protegidas passaram para o domínio de particulares. As áreas destinadas ao patrimônio histórico, como as sete reduções jesuíticas da antiga província de *Guayra* e dois antigos povoados espanhóis, foram invadidas e a expansão da economia cafeeira resultou na diminuição acentuada das áreas anteriormente protegidas e a degradação do patrimônio histórico e natural. Como consequência, o Paraná passou de 475.000 ha para, apenas, 64.500 ha de áreas protegidas. Uma diminuição drástica em menos de 10 anos.

No início da década de 60 restavam, apenas, 3.122 ha de terras protegidas pelo Estado, que correspondia ao primeiro Parque Estadual, o de Vila Velha, criado em 1953.

Apesar da criação de algumas áreas protegidas, na década de 60, no período entre 1970 e 1975, com a destruição de 3.450.000 ha de florestas nativas devido à implantação de novas culturas com todos os seus impactos sociais e ambientais já discutidos anteriormente, as áreas protegidas estaduais resumiam-se a quatro parques: o Parque Estadual de Vila Velha criado em 1953; o Parque Estadual do Monge criado em 1960; o Parque Estadual de Campinhos criado em 1960 e o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo criado em 1965. Além disso, existia 1 Reserva Florestal (Jurema criada em 1956) e um Horto Florestal (Geraldo Russi criado em 1965) e um Jardim Botânico (Paiquerê criado em 1967). As áreas protegidas federais eram o Parque Nacional do Iguaçu (1939), a Floresta Nacional de Irati (1968) e a Floresta Nacional de Açungui (1968). Toda esta área protegida representava, apenas, 0,03% do

território estadual.

Nos anos 80 e 90, com a reestruturação administrativa ligada ao meio ambiente (Houve a criação do Instituto de Terras e Cartografia e Florestas – ITCF, pelo Decreto nº. 5.799/85. Em meados de 90, o ITCF incorpora a Superintendência dos Recursos hídricos e do Meio Ambiente (SUREHMA) e desta união surge o atual Instituto Ambiental do Paraná – IAP, órgão estadual vinculado à Secretaria do Meio ambiente e Recursos Hídricos) e maior pressão internacional em torno das questões ambientais começa a haver maiores esforços no campo ambiental, em termos de legislação, das atividades impactantes do meio ambiente.

As áreas naturais protegidas no Estado do Paraná, entre estaduais e federais, somavam no final de 1999, 55 unidades de conservação estaduais e nove federais devidamente regulamentadas, destas 16 unidades estaduais e quatro federais são de uso direto, 30 unidades estaduais e cinco federais são de uso indireto e 6 podem ser classificadas como de uso indireto apesar de não possuir denominação adequada. Entretanto representam, apenas, 3% do território estadual. Além de ser abaixo da média da América Latina e da estipulada mundialmente (Considerando-se que a média mundial é de cerca de 5% e da América do Sul é de 6,2%, em termos relativos o país está mal contemplado, principalmente se considerarmos outros países latino-americanos que apresentam taxas bem superiores como Venezuela com 34%, Costa Rica com 11% e Peru com 8% (WRI/IUCN/PNUMA, 1992)), nestas áreas ocorrem sobreposições de legislação, as áreas protegidas são muito pequenas e insuficientes para salvaguardar o patrimônio genético ou representar biomas além de muitas apresentarem áreas bastante alteradas pela ação antropogênica.

A situação piora muito se olharmos para a implementação das mesmas. Os principais pontos problemáticos para o estabelecimento de unidades de conservação são a falta de recursos financeiros para a desapropriação das terras e a

insuficiência de recursos humanos técnicos.

Além disso, as administrações públicas municipais encaram as regras restritivas ou exigências quanto ao uso do solo e dos recursos naturais como barreiras ao progresso ou geração de empregos. Como uma das soluções para esse problema, foi implantado o ICMS ecológico. Instituído pelo estado do Paraná, em 1991, através de Lei Complementar estadual número 59, este, em parte tem amenizado o problema de barreira à implantação das unidades de conservação e a falta de recursos para as prefeituras. O ICMS ecológico tem como proposta a compensação financeira/subsídios aos municípios que possuem restrição de uso de solo por conterem mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos ou unidades de conservação. Atualmente, o programa existe nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rondônia e Mato Grosso do Sul e tramita em vários outros estados como Santa Catarina, Bahia e Espírito santo. Nesse contexto, o Ministério Público Estadual começou a estimular os municípios a adotarem posições de proteção ambiental criando unidades de conservação, via incentivo fiscal do ICMS ecológico previsto na legislação estadual. Com isso, os municípios aumentaram suas receitas.

A concessão do benefício é baseada no fato do município possuir uma área geográfica na qual se insere um ou vários tipos de unidades de conservação (Parque Nacional, Estação Ecológica bem como Áreas de Proteção Ambiental). Como existe um processo de avaliação que é feito a cada ano pelo IAP, a área protegida pode, segundo Loureiro (1999), variar a cada ano que passa bem como o valor correspondente que cada município recebe.

A Lei do ICMS ecológico estabelece que 5% dos 25% do total arrecadado com ICMS no estado do Paraná e que se destinam aos municípios (isto é, 5% dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios no ICMS) devem ser rateados entre os municípios que possuem unidades de conservação ambiental. Portanto, a

lei premia os municípios que se preocupam com a manutenção e a melhoria da qualidade das áreas preservadas. Assim, na forma de rateio da parcela adicional de ICMS entre os municípios que possuem áreas preservadas protetoras de mananciais, considera-se o volume de água retirado para abastecimento dos municípios vizinhos e a qualidade da água (medida por um *score* do IAP).

Os recursos são repassados aos municípios, cabendo-lhes decidir como alocar tais valores. O governo estadual não impõe regras quanto ao repasse adicional de ICMS. Contudo, cada município será mais beneficiado no futuro na medida em que alocar mais recursos para projetos que implicam na melhoria das unidades de conservação ou da qualidade da água, pois, tais melhorias são captadas por fatores que determinam a parcela que cada município tem no repasse do ICMS ecológico.

As avaliações existentes mostram que os recursos financeiros repassados reforçaram a capacidade financeira dos municípios, mas ainda não causaram modificações expressivas na estrutura de gastos dos mesmos (Bacha, 1998:171).

Como resultado do programa ICMS ecológico, tem aumentado o número de áreas protegidas no estado e o número de municípios beneficiados, no entanto, ao permanecerem constantes os percentuais de recursos arrecadados pelo Estado, os municípios tendem a receber um menor repasse de verba com o tempo. A dúvida é se os mesmos continuarão a dar o tratamento adequado ou abandonarão a iniciativa de manter essas áreas protegidas, já que a motivação, na maioria dos municípios é financeira e não ambiental.

Os programas de controle de erosão

O noroeste do Paraná foi um dos primeiros a erradicar o café, no período 1962 a 1967. Especialmente, nas terras onde predomina o arenito Caiuá foram surgindo as pastagens, a concentração da terra e o êxodo rural. Na região

onde predomina o basalto foi mais forte a presença da produção de grãos estimulada pela modernização tecnológica da agricultura brasileira.

A região do arenito (um dos locais de estudo) passou a experimentar uma estagnação econômica acompanhada de perda crescente de recursos naturais e população. Seus solos tendem, inclusive, à desertificação, o que a caracterizou como região altamente prioritária para implementação de programas governamentais.

Vários projetos e programas foram implantados pelo governo do estado com o objetivo de recuperar e/ou conservar os solos, principalmente na região noroeste do estado. As denúncias dos problemas ocasionados pela erosão dos solos datam dos anos 50, particularmente com o trabalho de Maack (1953). As ações estatais começam em 1963 com o Projeto Noroeste que tinha como objetivo o controle da erosão em núcleos urbanos. A implementação do programa só evidenciou que as ações deveriam ter um caráter mais abrangente. Nos anos 70, com financiamento do Fundo de Assistência ao Desenvolvimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi implementado o Projeto Noroeste, agora com ações que se davam nos setores rural e urbano.

Um importante avanço que ocorreu com a implementação do projeto foi a revelação técnica da relação de causalidade entre as características de solo e relevo da região e o modelo adotado na ocupação das regiões de fronteira agrícola do Estado – Norte e Noroeste –, ocorrida a partir dos anos 30 e baseada na colonização dirigida por empresas privadas, em particular pela Companhia de Terras do Norte do Paraná. Portanto, foram explicitados os vínculos entre os impactos da divisão fundiária e da alocação das estradas rurais e vicinais e a degradação do solo que acabaram resultando em erosão.

Em 1975, foi lançado o Programa Nacional de Conservação de Solos pelo governo federal,

que não teve muito sucesso no cenário nacional, mas que no governo do Paraná repercutiu no Programa Integrado de Conservação de Solos (PROICS). Este tinha como metas conservar 2.300.000 ha, manter a fertilidade do solo e implementação intensiva de práticas como o terraceamento. O programa teve duração até o ano de 1980. Do programa surgiu o Seminário de Conservação do Solo, que lançou as bases da atuação em micro-bacias, *“trazendo o conceito de capacidade de uso da terra ao planejamento da propriedade rural, e a partir da análise dos problemas ocorridos, sugerindo a necessidade de integração dos trabalhos de terraceamento”* (Parchen & Bragagnolo, 1991:9).

Nos anos 80, baseados nos resultados de práticas implantadas em micro-bacias pilotos, surgiu o Pronoroeste (1980-1988). Este contou com recursos do SUDESUL e resultou na conclusão de que não bastava conservar o solo, era necessário manejá-lo adequadamente. A experiência das micro-bacias pilotos do Noroeste do estado e a implantação do terraceamento integrado em micro-bacias hidrográficas resultou no aparecimento do programa de Manejo Integrado de Solos (PMIS – 1983-1986).

Em 1984, na execução do programa, o governo estadual lançou o Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas do Paraná (PMISA), que vigorou até 1988 e acabou privilegiando ações emergenciais. O PMISA tinha como proposta o manejo dos solos e das águas de forma integrada no Estado do Paraná levando em consideração as micro-bacias hidrográficas como unidades de planejamento. No entanto, com os graves problemas de erosão, sua atuação centrou-se no terraceamento mecânico, que recebeu cerca de 75% dos recursos totais. Mesmo tendo atuação bem restrita, foram desenvolvidas, ainda, ações de correção do solo, reflorestamento, adequação de estradas e adubação verde em 1.017 MBH, que envolveram aproximadamente 114 mil produtores rurais, embora ficasse limitado às

regiões Oeste, Norte e Noroeste do Estado (Fleischfresser, 1999:45).

Menciona-se, ainda, em nível estadual, o Programa de Irrigação e Drenagem (PROID/PR) que foi implementado em 1986 e coincidia com os princípios do PMISA, em vigor na época. Este possuía como base de atuação o uso do solo e da água visando, principalmente, as áreas de várzeas para a produção de alimentos. Para essas áreas, estavam previstas a viabilização de atividades e tecnologias de baixo custo, objetivando reduzir os riscos de frustração de safras, diversificar a produção, fixar o homem no campo, distribuir equitativamente a renda, melhorar a qualidade de vida dos pequenos e médios produtores, além de garantir o abastecimento da população (CAFÉ-PR, 1986:16-17).

Em 1989, foi lançado o Paraná Rural (1989-1996) que, também, centrava suas ações nas bacias hidrográficas. As ações governamentais tinham como objetivos o controle da erosão e, como um novo enfoque, o desenvolvimento rural com o apoio à competitividade, através de programa que adapte a agricultura do estado às condições do Mercosul (SEMA, 1995:2). O programa investiu 353 milhões de dólares e foram financiados 50% pelo estado do Paraná e municípios e 50% pelo Banco Mundial.

No Paraná Rural se encontrava o Subprograma de Manejo e Conservação de Solos, que abrangia 24 microrregiões e 392 municípios, ou seja, 2.100 micro-bacias hidrográficas cobrindo 25% da área do estado localizadas, principalmente, nas áreas críticas do norte e noroeste do estado. Para implementação do subprograma, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD-repassou 63 milhões de dólares enquanto o governo do estado, com o aval da União, deu como contrapartida US\$ 86.134.600,00 (Fleischfresser, 1999:59).

O subprograma Manejo e Conservação de Solos vinculava a aplicação de recursos ao aumento da cobertura vegetal do solo com os

objetivos de reduzir a energia de impacto da chuva, aumentar a infiltração, reduzir o escoamento superficial, controlar o escoamento superficial para reduzir a erosão e o assoreamento.

Apesar dos grandes investimentos, o problema da erosão ainda possui proporções alarmantes. O elevado índice de pobreza, a grande extensão de solos com restrições ao aumento da produtividade (33,8%), a necessidade de manejo adequado resultaram no Programa Paraná 12 meses (1998), atualmente, em fase de avaliação.

O Paraná 12 meses tem, enquanto proposta, aspectos mais abrangentes do que os programas anteriores que ficaram, basicamente, na recuperação dos solos. Existe, embora de forma incipiente, uma maior preocupação com os pequenos produtores e uma política de fixação do homem no campo. Os grandes focos do governo são a implantação de vilas rurais e a recuperação dos solos com o café adensado, em particular nas áreas de arenito Caiuá.

Do exposto pode-se dizer que todos os programas e projetos implementados, financiados em sua maioria por organismos internacionais, esbarraram em problemas de continuidade e/ou em sua própria implementação. Os programas, de maneira geral, não atingiram os micro e pequenos produtores e não reverteram os processos de desequilíbrio ambientais.

Além disso, existem os programas implementados por diversas instituições/organismos que atuam na região paralelamente e, muitas vezes, sem trocarem idéias. Apesar de existirem algumas iniciativas, ainda, é grande o desvinculamento entre as prefeituras locais, a Emater, o Instituto Ambiental do Paraná e as secretarias de meio ambiente. Além dos problemas existentes para ultrapassar as barreiras institucionais/organizacionais é necessária, também, a efetiva organização regional das prefeituras. Muitas continuam a agir como se

estivessem sozinhas e não inseridas dentro de uma região que tem a mesma problemática social, econômica e ambiental. Nesse contexto, o Paraná tem avançado com as Associações Municipais existentes em todo o estado. Essas associações são entidades com personalidade jurídica própria, constituídas com a finalidade de promover o desenvolvimento integrado de uma determinada região. Correspondem a dezoito regiões que agrupam um número variado de municípios (com afinidades quanto a fatores geográficos, climáticos, econômicos, culturais etc.), sendo presididas por um prefeito municipal eleito periodicamente pelos demais prefeitos dos municípios que a compõem. As associações atuam com órgãos estaduais e federais. São elas: 1) AMLIPA: Associação dos Municípios do Litoral do Paraná; 2) ASSOMECA: Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba; 3) AMSULEP Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná; 4) AMCG: Associação dos Municípios da Região dos Campos Gerais; 5) AMUNORPI: Associação dos Municípios do Norte Pioneiro; 6) AMUNOP: Associação dos Municípios do Norte do Paraná; 7) AMEPAR Associação dos Municípios do Médio Paranapanema; 8) AMUVI: Associação dos Municípios do Vale do Ivaí; 9) AMUSEP: Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense; 10) AMUNPAR Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná; 11) AMERIOS: Associação dos Municípios da Região de Entre-Rios; 12) COMCAM: Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão; 13) AMOP: Associação dos Municípios do Oeste do Paraná; 14) AMSULPAR Associação dos Municípios do Sul; 15) AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná; 16) AMCESPAR: Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná; 17) AMOCENTRO: Associação dos Municípios do Centro do Paraná; 18) CANTUQUIRIGUAÇU: Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu. Entretanto, como foram criadas por um programa governamental, muitas ainda

continuam existindo no papel ou com pouco poder de organização e, geralmente centralizadas nas mãos de poucas pessoas.

A situação atual da região

Todos os municípios estudados no projeto de pesquisa (Diamante do Norte, Marilena, Porto Rico, Querência do Norte e São Pedro do Paraná) pertencem à AMUNPAR (Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná), com

um total de 29 municípios (Tabela 4). Em particular, a área de estudo tem 100% de seu solo formado por arenito Caiuá (EMATER, 1999). Um solo extremamente sensível às práticas agropecuárias.

Apresentamos alguns dados econômicos e sociais sobre a realidade do Noroeste Paranaense.

Tabela 4. População rural e urbana dos municípios da AMUNPAR em 1996 (em negrito, municípios da área de estudo) (IBGE, 1996).

MUNICÍPIOS	RURAL	%	URBANA	%
Alto Paraná	2 968	24.02	9 386	75.98
Amaporã	680	15.37	3 743	84.63
Cruzeiro do Sul	1 785	38.00	2 912	62.00
Diamante do Norte	2 088	32.22	4 393	67.78
Guairaçá	1 766	31.34	3 869	68.66
Inajá	377	13.83	2 348	86.17
Itaúna do Sul	1 061	24.85	3 208	75.15
Jardim Olinda	375	27.94	967	72.06
Loanda	2 503	13.73	15 728	86.27
Marilena	2 548	40.65	3 720	59.35
Mirador	771	33.88	1 505	66.12
Nova Aliança do Ivaí	356	28.37	899	71.63
Nova Londrina	1 335	10.07	11 928	89.93
Paraíso do Norte	1 109	11.94	8 178	88.06
Paranacity	4 055	43.09	5 355	56.91
Paranapoema	293	11.82	2 185	88.18
Paranavai	5 138	7.04	67 834	92.96
Planaltina do Paraná	1 122	30.58	2 547	69.42
Porto Rico	1 224	45.10	1 490	54.90
Querência do Norte	3 426	32.79	7 022	67.21
Sta. Cruz de Monte Castelo	2 522	30.10	5 856	69.90
Santa Isabel do Ivaí	2 704	28.66	6 730	71.34
Santa Mônica	2 046	71.54	814	28.46
Sto Antônio do Caiuá	1 063	37.03	1 808	62.97
São Carlos do Ivaí	1 550	29.10	3 776	70.90
São João do Caiuá	1 245	20.37	4 867	79.63
<i>São Pedro do Paraná</i>	1 281	45.60	1 528	54.40
Tamboara	1 098	25.03	3 289	74.97
Terra Rica	2 522	19.35	10 513	80.65

A SITUAÇÃO ECONÔMICA

Os municípios que formam a AMUNPAR são todos urbanos, com exceção de Santa

Mônica que possui 71,54% da população na área rural (Tabela 4). Contudo, os municípios em estudo, isto é, Icaraíma, Marilena, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Querência do Norte são os

que apresentam os menores índices de urbanização, ou seja, a população residente no setor rural ainda é significativa. Os municípios menores em termos populacionais são Porto Rico e São Pedro do Paraná com população em

torno de 2700 pessoas e os maiores são Querência do Norte com 10.400 habitantes, seguido de Diamante do Norte com 6.300, em 1996.

Tabela 5. Despesas e receitas orçamentárias (em mil reais) realizadas nos municípios da AMUNPAR (em negrito municípios da região de estudo).

MUNICÍPIOS	DESPESAS	RECEITAS	SALDO
Alto Paraná	2 616	2 582	-34,0
Amaporã	1 900	1 551	-349,0
Cruzeiro do Sul	1 928	1 910	-18,0
Diamante do Norte	3 333	2 992	-341,0
Guairaçá	1 549	1 466	-83,0
Inajá	1 406	1 474	68,0
Itaúna do Sul	1 486	1 439	-47,0
Jardim Olinda	Sd	Sd	-
Loanda	3 759	3 631	-128,0
Marilena	1 881	1 754	-127,0
Mirador	1 210	1 117	-93,0
Nova Aliança do Ivaí	1 296	1 052	-244,0
Nova Londrina	4 583	4 397	-186,0
Paraíso do Norte	2 666	2 666	0,0
Paranacity	2 964	2 878	-86,0
Paranapoema	1 403	1 308	-95,0
Paranavaí	15 792	15 809	17,0
Planaltina do Paraná	1 402	1 378	-24,0
Porto Rico	1 441	1 395	-46,0
Querência do Norte	3 252	2 938	-314,0
Sta Cruz de Monte Castelo	2 889	2 582	-307,0
Santa Isabel do Ivaí	3 743	3 242	-501,0
Santa Mônica	1 442	1 234	-208,0
Sto Antônio do Caiuá	1 310	1 326	16,0
São Pedro do Paraná	1 461	1 408	-53,0
Tamboara	1 421	1 269	-152,0
Terra Rica	5 054	4 699	-355,0

Nesse contexto, quando analisada a evolução da população nesses municípios, ver-se-á que a maioria teve sua população diminuída ao longo do tempo, o que vem a repercutir em menor montante de recursos que diminuem ao longo do tempo. Essa situação se mostra muito delicada do ponto de vista social e econômico, pois, com

a descentralização do poder público central a situação pode ser agravada, já que muitos dos repasses federais têm como um dos critérios a população do município (Fundo de Participação Municipal e ICMS).

Todas as prefeituras municipais pertencentes à AMUNPAR apresentam saldo deficitário em

suas contas públicas, com exceção de Paranavaí, Santo Antonio de Caiuá e Inajá (Tabela 5). Pode-se observar, também, que todos os municípios possuem comportamentos em suas receitas e despesas bem semelhantes, ou seja, um orçamento bem baixo acompanhado de despesas baixas (embora maiores que as receitas).

A exceção é Paranavaí que, comparativamente, possui recurso um pouco maior. Essa situação apresenta dois problemas, a nosso ver graves. O primeiro é a baixa receita que gera consequentemente baixa despesa e investimento. O segundo problema, decorrente do primeiro, é a baixa capacidade de atrair novos investimentos já que, como existem baixas despesas públicas, vários itens básicos (tais como: educação básica, serviços de saúde, equipamentos, infra-estrutura, entre outros)

recebem pouco ou nenhum investimento.

Tal situação gera um círculo vicioso: a baixa receita vem acompanhada de baixa despesa e baixo investimento que, por sua vez, atrai pouco investimento gerando baixa receita e assim por diante.

Os investimentos ocorrem, primeiramente, na área de educação e cultura seguido do investimento na área de saúde e saneamento, com exceção de Nova Londrina que apresenta índices de investimento próximos na área de educação e cultura, saúde e saneamento e habitação e urbanismo, apresentando comportamento semelhante ao de Cianorte e Umuarama, se bem que em valores bem menores. O resultado aparecerá com o tempo (Tabela 6).

Tabela 6. Despesas orçamentarias (em mil reais) realizadas por função, nos municípios da AMUNPAR (Fonte: SEFA)

MUNICÍPIOS	AGRICULTURA		EDUCAÇÃO E CULTURA		HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO		INDÚSTRIA E COMÉRCIO		SAÚDE E SANEAMENTO	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Alto Paraná	39	3,0	685	52,9	179	13,8	32	2,5	361	27,9
Amaporã	113	11,5	412	41,8	132	13,4	12	1,2	317	32,2
Cruzeiro do Sul	13	1,5	486	57,0	70	8,2	2	0,2	282	33,1
Diam. Do Norte	70	4,5	831	53,5	107	6,9	2	0,1	542	34,9
Guairaçá	0	0,0	342	40,0	38	4,4	0	0,0	474	55,5
Inajá	6	0,8	392	52,3	24	3,2	0	0,0	327	43,7
Itaúna do Sul	21	2,4	343	39,2	204	23,3	0	0,0	307	35,1
Jardim Olinda	sd		Sd		Sd		Sd		Sd	
Loanda	98	5,7	986	57,1	178	10,3	0	0,0	466	27,0
Marilena	104	9,1	440	38,5	134	11,7	0	0,0	466	40,7
Mirador	0	0,0	348	58,8	76	12,8	0	0,0	168	28,4
N.Aliação do Ivaí	0	0,0	360	64,1	100	17,8	0	0,0	102	18,1
Nova Londrina	367	18,6	981	49,7	144	7,3	0	0,0	482	24,4
Paraíso do Norte	96	5,3	588	32,7	540	30,1	34	1,9	538	30,0
Paranacity	11	0,6	768	42,9	465	26,0	82	4,6	465	26,0
Paranapoema	9	1,0	344	38,4	366	40,8	0	0,0	178	19,8
Paranavaí	173	2,4	3 547	49,1	251	3,5	65	0,9	3 187	44,1
Planaltina do Paraná	13	1,8	343	46,5	0	0,0	0	0,0	381	51,7
Porto Rico	2	0,3	395	54,5	62	8,6	0	0,0	266	36,7
Querência do Norte	48	2,4	756	37,8	405	20,3	0	0,0	791	39,6
S. Cruz Monte Castelo	28	1,8	585	38,5	549	36,1	2	0,1	357	23,5

S. Isabel do Ivaí	73	3,8	680	35,1	297	15,3	112	5,8	776	40,0
Santa Mônica	60	6,5	327	35,2	135	14,5	3	0,3	404	43,5
S. Antônio do Caiuá	6	0,9	338	48,1	206	29,3	0	0,0	152	21,7
São Pedro do Paraná	3	0,4	394	56,8	19	2,7	0	0,0	278	40,1
Tamboara	0	0,0	353	53,5	65	9,8	60	9,1	182	27,6
Terra Rica	152	4,8	1 166	36,8	561	17,7	18	0,6	1 269	40,1

Tabela 7. Participação dos setores no PIB e PIB per capita nos municípios da AMUNPAR (os municípios localizados na área de estudos estão em negrito). Dados referente ao período 1990-1994 (Fonte: Paranacidade, 2000).

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PIB			PIB PER CAPITA (US\$)
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	TERCIÁRIO	
Alto Paraná	38,84%	7,98%	53,18%	1.153,34
Amaporã	29,24%	3,61%	67,15%	1.878,45
Cruzeiro do Sul	57,24%	3,17%	39,57%	2.119,64
Diamante do Norte	25,05%	5,73%	69,22%	1.632,79
Guairaçá	42,32%	2,95%	54,73%	1.771,12
Inajá	31,56%	2,90%	65,54%	1.241,19
Itaúna do Sul	50,42%	2,73%	46,85%	1.330,30
Jardim Olinda	33,25%	0,22%	66,53%	1.556,25
Loanda	16,46%	8,94%	74,60%	1.352,06
Marilena	47,31%	4,54%	48,15%	1.213,26
Mirador	51,01%	3,35%	45,64%	1.833,21
Nova Aliança do Ivaí	36,88%	5,34%	57,78%	2.102,06
Nova Londrina	9,30%	37,53%	53,17%	2.287,89
Paraíso do Norte	22,30%	7,58%	70,12%	1.190,99
Paranacity	30,19%	21,36%	48,45%	3.038,82
Paranapoema	22,41%	0,31%	77,28%	2.038,73
Paranavai	7,65%	11,04%	81,31%	1.395,96
Planaltina do Paraná	39,75%	2,15%	58,10%	1.626,39
Porto Rico	44,09%	2,21%	53,70%	1.425,57
Querência do Norte	31,54%	2,14%	66,32%	1.619,14
Santa Cruz de Monte Castelo	36,77%	3,63%	59,60%	1.053,35
Santa Izabel do Ivaí	25,61%	3,62%	70,77%	1.285,49
Santa Mônica	46,90%	0,69%	52,41%	1.171,65
Santo Antônio do Caiuá	53,19%	1,61%	45,20%	1.982,88
São Carlos do Ivaí	25,61%	36,22%	38,17%	3.058,03
São João do Caiuá	28,01%	3,63%	68,36%	1.124,80
São Pedro do Paraná	40,12%	4,11%	55,77%	1.838,18
Tamboara	25,40%	6,12%	68,48%	1.487,06
Terra Rica	28,99%	4,59%	66,42%	1.247,57

A participação das atividades econômicas na geração de renda desses municípios assim como o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) são apresentados na Tabela 7. De maneira geral, a região é composta de municípios de pouca expressão econômica. O número de estabelecimentos da indústria, do comércio (varejista e atacadista) e de serviços não é significativo.

O setor terciário destaca-se como sendo a principal atividade, na grande maioria dos municípios. Os estabelecimentos industriais têm pouca participação na geração de renda, com exceção de Nova Londrina, Paranaíba e São Carlos do Ivaí. Nos municípios estudados a situação não difere da regra geral, ou seja, os setores primário e terciário participam em maior proporção na formação da renda do município. Pode-se apontar, também, que em Marilena, Porto Rico e São Pedro do Paraná o setor primário (agropecuário) contribui com mais de 40% na geração do PIB enquanto que em Diamante do Norte e Querência do Norte, o

setor terciário participa com mais de 65%, indicando comportamentos e atividades econômicas predominantes diferentes.

O PIB *per capita* da região está bem abaixo da média brasileira que é de US\$ 4.802 e, também, do PIB *per capita* do estado do Paraná que é de US\$ 4.223. Nos municípios estudados a situação encontra-se pior, com mínimo de US\$ 1.213/ano em Marilena e máximo de US\$ 1.838 em São Pedro do Paraná.

Constata-se assim, a grande problemática na área pertencente à AMUNPAR, região na qual se insere os municípios objeto de estudo. É uma área que relativamente tem baixa atividade econômica, o que direta e indiretamente contribui para os problemas sociais, econômicos e ambientais existentes, em particular na qualidade de vida de sua população.

As principais atividades existentes no setor primário e secundário podem ser observadas na Tabela 8.

Tabela 8. Principais atividades dos setores primário e secundário (Fonte: Paranacidade, 2000).

MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	INDÚSTRIAS DOMINANTES
Diamante do Norte	Bovinos	Produtos Alimentares
	Cana-de-Açúcar	Construção Civil
	Leite	Mobiliário
Marilena	Bovinos	Produtos Alimentares
	Cana-de-Açúcar	Extração de Minerais
	Mandioca	Prod. Minerais Não metálicos
Porto Rico	Bovinos	Extração de Minerais
	Algodão	Material de Transporte
	Mandioca	Prod. Minerais Não Metálicos
Querência do Norte	Bovinos	Produtos alimentares
	Algodão	Metalurgia
	Arroz irrigado	Extração de minerais
S Pedro do Paraná	Bovinos	Madeira
	Leite	Extração de minerais
	Mandioca	Produtos alimentares

As atividades desenvolvidas no setor agropecuário são comprometedoras do meio

ambiente e geram baixo rendimento e trabalho em grande parte temporário. Assim, na maioria

dos municípios, a área ocupada pela agropecuária atinge mais de 70% (Tabela 9). No município de Icaraima a agropecuária ocupa 91%; a ocupação é em Querência do Norte,

cujas área representa 63%. Estes percentuais elevados são preocupantes, pois na região há predomínio de solos do Arenito Caiuá.

Tabela 9. Área ocupada pela agricultura em 1996 (Fonte: IBGE, 1996).

MUNICÍPIO	EST./TRATOR	ÁREA MUNICÍPIO (%)
ICARAÍMA-PR	374	91
Porto Rico-PR	265	72
São Pedro do Paraná-PR	280	77
Marilena-PR	149	80
Querência do Norte-PR	253	63

No setor secundário, a atividade de extração de minerais existe em todos os municípios estudados, com exceção de Diamante do Norte e atinge diretamente os recursos naturais. Por outro lado, a industrialização de alimentos, em grande parte, feita por pequenos produtores é uma característica da região. Os resultados sociais decorrente dessa situação podem ser analisados sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, reflete-se sob o sistema de saúde ofertado à comunidade.

A ÁREA DE SAÚDE

As características do sistema de saúde brasileiro – cuja orientação se encontra definida na Constituição Federal – são a descentralização, integralidade, equidade e universalidade. Estados e municípios são os responsáveis pela provisão dos serviços à população. Assim, o montante de gastos se efetiva nesses níveis de governo.

O processo de descentralização vem introduzindo importantes mudanças nos papéis das esferas de governo na década de 90. Vem-se ampliando, gradativamente, o número de unidades federativas que assumem integralmente a gestão do sistema de saúde em

sua esfera de atuação. Os estados tiveram sua participação na receita disponível aumentada de 22% para 26% e os municípios de 9% para 16%. Como decorrência dessas mudanças seria de se esperar um crescimento na participação das instâncias estadual e municipal no financiamento do sistema de saúde. O gasto municipal com saúde tem apresentado, nos anos recentes, tendência de crescimento, de acordo com INESC (1999 p.114).

Ademais, as ações de assistência à saúde, responsáveis pela maior parcela do gasto total com saúde, são objeto de programação nos níveis local e estadual, aparecendo no orçamento federal sob uma única rubrica, a qual agrega o montante global de recursos. Nesse contexto, não é possível captar via análise dos gastos efetuados as faixas etárias atendidas (principalmente crianças e jovens). Os municípios, portanto tem a ação de várias esferas no campo da saúde. Para citar uma ação da esfera federal temos a Fundação Nacional de Saúde que com os projetos de Normatização e Coordenação das Ações de Imunização, Auto-suficiência Nacional em Imunobiológicos e Aquisição e Distribuição de Medicamentos e Imunológicos recebeu recursos na ordem de 71 milhões de reais em 1995 e 119 milhões de reais

em 1998.

A introdução do Piso de Atenção Básica (PAB) sob a forma de transferência direta de um valor *per capita* aos municípios para a provisão de ações e serviços básicos de saúde em parte expande a ação municipal. Além disso, existem os programas de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários, Programa de Combate a Carências Nutricionais e Programa de Vigilância Sanitária. Embora o mecanismo de transferência seja, politicamente, um avanço na gestão do orçamento, o seu valor *per capita* é pequeno (R\$ 10,00 por habitante por ano). As ações custeadas com esses recursos são consultas médicas em especialidades básicas, atendimento odontológico básico, visita/atendimento ambulatorial e domiciliar da equipe de saúde, vacinação, atividade educativa a grupos da comunidade; assistência ao pré-natal; atividades de planejamento familiar; pequenas cirurgias; atividades dos agentes comunitários de saúde, atendimento de urgência (pronto atendimento). A discussão maior está no valor e no percentual de recursos a ser repassado aos estados e municípios.

A saúde é a que mais reflete as consequências imediatas do empobrecimento e exclusão. Em situações de crise, expressas pelo desemprego, deterioração das condições de vida, agravamento no padrão de distribuição de renda e exclusão aumentam as demandas por atenção à saúde, em particular a saúde pública. Somente esse quadro já exigiria uma ampliação do volume global de recursos aplicados no setor, o que não ocorreu no período.

Um dos indicadores mais sensíveis à ação de saúde é a mortalidade infantil. A taxa de mortalidade do país foi estimada, na média da década entre 70 e 80, em 87,88 mortes de menores de 1 ano por mil nascidos vivos. Essa taxa envolve disparidades regionais acentuadas. Na região nordeste ela era de 121,4 por mil nascidos vivos e no Sul era de 61,8 por mil nascidos vivos. O censo demográfico de 1991 apontou uma queda na média do país, 41,75

mortes por mil nascidos vivos. A sua intensidade foi menor nas regiões mais desenvolvidas, ampliando as disparidades: enquanto na década de 70-80 a taxa do nordeste era 1,6 vezes maior que a do sul, em 1991 passou a ser de 2,65 vezes.

Em 1996, estimativas baseadas no Programa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) indicavam a taxa média para o país de 37,5 mortes por mil nascidos vivos, sendo que a do nordeste era de 60,4 mortes por mil nascidos vivos e a do sul era de 22,8, ou seja, reduziu-se muito pouco a distancia entre as regiões (2,3 vezes).

Não pode deixar de ser citado que, ao lado da desigualdade regional, ocorrem as diferenças associadas às condições econômicas tais como: cor e educação.

Outro fator importante de análise é a morbidade hospitalar. No Brasil, a redução por doenças infecciosas e parasitárias foi cerca de 27%, sugerindo que a atenção básica tem sido capaz de impedir agravamento do quadro. Em contrapartida, cresceu 54% o número de internações por afecções originadas no período perinatal, o que é indicativo da má qualidade do atendimento ao parto. A deterioração da remuneração de procedimentos de assistência médica e hospitalar nos últimos anos, que dificultou a disponibilização de insumos e medicamentos deve ser também importante na determinação da baixa qualidade da atenção. Os reflexos práticos dessa política podem ser vistos na Tabela 10.

Quanto ao atendimento, este apresenta problemas, já que a ausência de equipamentos na área de saúde é visível. Além disso, apesar de haver uma situação melhor na área de óbitos ocasionados por doenças perinatais, ainda é grande a ocorrência de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias e por gravidez, parto e puerpério, principalmente em Paranaíba. As causas urbanas são também bem representativas (Tabela 10)

Tabela 10. Causas de óbitos nos municípios integrantes da AMUNPAR (em negrito: municípios localizados na área de estudo) (Datasus, 1997). 1 = Mortalidade; 2 = Causas externas; 3 = Circulatórias; 4 = Respiratórias; 5 = Doenças Infec. Parasitárias; 6 = Gravidez, parto e puerpério e 7 = Doenças per. perinatal

MUNICÍPIO	1	2	3	4	5	6	7
Alto Paraná	56	4	27	7	3	1	0
Amaporã	17	1	7	1	0	0	0
Cruzeiro do Sul	20	0	11	2	1	0	0
Diamante do Norte	39	3	15	2	0	2	0
Guairaçá	22	3	11	1	0	0	0
Inajá	13	0	6	0	0	0	0
Itaúna do Sul	24	2	9	3	0	0	0
Jardim Olinda	1	0	1	0	0	0	0
Loanda	77	7	30	4	4	3	0
Marilena	26	2	17	0	1	1	0
Mirador	4	0	3	1	0	0	0
Nova Aliança do Ivaí	1	0	1	0	0	0	0
Nova Londrina	49	8	19	0	0	1	0
Paraíso do Norte	57	1	25	9	3	4	0
Paranacity	32	2	14	6	0	0	0
Paranapoema	16	2	9	0	0	0	0
Paranavaí	546	46	221	45	29	30	1
Planaltina do Paraná	5	1	0	1	0	0	0
Porto Rico	10	1	4	4	0	1	0
Querência do Norte	36	11	9	2	1	1	0
Santa Cruz de Monte Castelo	42	1	19	7	0	1	0
Santa Isabel do Ivaí	58	2	31	2	2	5	0
Santa Mônica	12	1	6	1	1	0	0
Santo Antônio do Caiuá	22	1	7	4	3	1	0
São Carlos do Ivaí	20	3	3	1	0	1	0
São João do Caiuá	35	4	14	6	2	0	0
São Pedro do Paraná	1	0	0	0	0	0	0
Tamboara	15	0	4	0	0	0	0
Terra Rica	79	4	23	7	2	8	0

Nos municípios em estudo, é possível observar a morte por doenças infecto-parasitárias e respiratórias ainda fazem vítimas nas áreas não atendidas por serviços sanitários básicos, como água encanada e tratada e esgoto. A asma, bronquite, tuberculose, cólera, a hepatite e a pneumonia pertencem ao último grupo e estão presentes na região em estudo. Nessa classificação ainda estão os casos de

dengue, leishmaniose, malária, sarampo, hanseníase.

A morte por gravidez, parto e puerpério mostra a presença de situações que poderiam ser evitadas e que não estão sendo devido a necessidade de estudos no local, mediante pesquisa específica.

As mortes por causas externas, conforme o Ministério da Saúde, são os acidentes de

transito, queda, afogamento, exposição a fumaça, fogo e chamas, envenenamento, intoxicação, homicídio, lesão autoprovocada, agressão por terceiros que resulta em morte e operações de guerra. Provavelmente, as queimadas da cana-de-açúcar, das ilhas para entrada do gado, a extração de areia em condições inadequadas e outras podem estar contribuindo para a mortalidade/morbididade nessas áreas. Como já se frisou, essa situação deve ser fonte para estudo específico.

No Brasil, o número médio de leitos por mil habitantes é de 3,59 e no Paraná é de 3,2. Na região de estudos, a situação é bem diversa; enquanto Diamante do Norte e Porto Rico superam a média, Marilena, e Querência estão abaixo da média, mostrando que existem deficiências a serem supridas na região (Tabela 11). A oferta de leitos se dá no sistema SUS, em sua maioria.

Tabela 11. Número de leitos total por município (Fonte: Datasus, 1999).

MUNICÍPIOS	LEITOS POR MIL HABITANTES
Diamante do Norte	3,77
Marilena	2,47
Porto Rico	3,86
Querência do Norte	2,45
São Pedro do Paraná	s.d.

EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Na área de educação os dados analisados estão direcionados às crianças, adolescentes e jovens, uma vez que são considerados prioritários pelo governo federal. A população objeto divide-se em três níveis de educação formais e não-formais: de zero a seis anos (educação infantil); de sete a quatorze anos (educação fundamental) e de quinze a dezenove anos (educação de nível médio).

A educação infantil.

A educação infantil conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é

considerada a fase inicial do processo educativo, como processo contínuo iniciado a partir do nascimento da criança.

Segundo a LDB Interpretada (1996, p.87: parágrafo 3º) “(...) especificidade atribuída a esta etapa de escolarização opõe-se radicalmente à visão da pré-escola com base na noção de privação ou carência cultural, tão em voga no passado ainda recente, segundo a qual o papel da pré-escola seria o de suprir as “deficiências” das crianças, especialmente oriundas das classes populares, por intermédio de programas de educação compensatória, para, assim preparadas, ingressarem na escola “regular”. O papel da pré-escola seria, apenas, o de “salvar” a escola (...)”

A população infantil de zero a seis anos é de 21.386.363 crianças (IBGE, 1996). Segundo Sinopse estatística do MEC/INEP do mesmo ano, foram registradas 4.296.323 matrículas na educação infantil. Pela constituição Federal, art. 211, § 2º, confirmado pela LDB, cabe prioritariamente aos municípios a cobertura dessa modalidade de educação.

Segundo INESC (1999, p.98) a Emenda Constitucional nº 14, que deu origem à Lei 9.424/96, lei de criação do FUNDEF (Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), trouxe grande desestímulo aos sistemas municipais, uma vez que, da cota a ser destinada à educação pelo município, conforme a mencionada lei, 15% deverão ser alocados no ensino fundamental. Restam, assim, apenas 10% desses recursos para serem utilizados e divididos dentre todas as outras alternativas e níveis de educação básica. Além disso, também está definido que a criança de seis anos poderá ser incluída na primeira série do ensino fundamental. Apesar de ser um avanço escasseia mais ainda a assistência técnica e financeira tradicionalmente dada à educação infantil, com grande prioridade para a pré-escola e classes de alfabetização.

Apesar dos problemas, 96,6% dos

municípios brasileiros oferecem a pré-escola; existem pouco mais de 80.000 estabelecimentos com uma média de 53,0 alunos por sala de aula. A formação docente está longe de cumprir a norma da LDB que exige a especialização já que se tem 7,4% de docentes com primeiro grau incompleto, 11,2% com primeiro grau completo, 69,0 % com segundo grau completo e 14,9% com terceiro grau completo (MEC/INEP,1998).

A educação fundamental regular

Educação Fundamental é o nível do processo educativo que a constituição Brasileira define como obrigatório, público e gratuito, inclusive para aqueles que estão fora da faixa etária. Ainda na Constituição está contido no Artigo 212 que os impostos vinculados para financiarem o “desenvolvimento e manutenção do ensino” devem privilegiar integralmente a educação fundamental.

Outros programas são desenvolvidos em paralelo e com menos recursos como a bolsa-escola, aquisição de veículos escolares, TV escola e outros. Distribuição de livros, merenda escolar e construção são programas que também gozam de boa destinação de recursos.

O FUNDEF (Lei 9.424/96) é um Fundo Contábil criado, a partir da Emenda Constitucional nº 14 de 1996, para garantir o cumprimento de metas tais como: geração de um efeito redistributivo, realocação de recursos disponíveis para a educação fundamental na maioria dos municípios, visando promover a gestão do financiamento da educação fundamental de forma mais descentralizada. Teve início em 1997 no Pará e em 1998 nos demais estados.

O INESC (1999, p.100) considera alguns problemas na execução do FUNDEF, pois, desmorona a concepção de educação básica conquistada na LDB (que compreende a educação infantil, fundamental e média como um bloco de aprendizagem básica para toda a população) e, o mais grave, exclui os jovens e adultos dos recursos da mesma, além de

diminuir drasticamente os recursos para a educação infantil e média. Soma-se a essa situação, que os recursos da União vem diminuindo, especialmente a partir de 1998 o que diminuiu o investimento médio em cada criança, impossibilitando cada vez mais o cumprimento das metas do programa.

Existe, segundo dados do MEC, 32.380.024 alunos matriculados no ensino fundamental. A taxa de crescimento de matrículas vem aumentando (de 1996 para 1997 foi de 3,9% e de 1997 para 1998 foi de 6,0%). No entanto, a taxa de crescimento dos investimentos girou em torno de 2,4%.

Segundo o INESC (1999, p.101), o custo-aluno no FUNDEF é de R\$ 315,00, ou seja, R\$ 26,25 mensais ou R\$ 1,19 ao dia – incluídos indicadores de qualidade como salários, treinamento de pessoal, material didático, biblioteca, laboratórios, manutenção de infraestrutura e outros similares. Soma-se a essa situação preocupante, o fato de que a verba encaminhada às escolas tem como base o número de alunos matriculados e não a população escolarizável. No Brasil temos um número aproximado de 20 milhões de analfabetos.

A educação de nível médio

O grupo de 15 a 19 anos, segundo o IBGE, representa 10.369.278 pessoas, dos quais, 5.739.077 estão nas várias alternativas de ensino médio e fundamental. Somente 2% estão no terceiro grau. Em torno de 28% não estão estudando.

Dados do MEC indicam que 58,8% destes estão estudando no noturno (3.218.713); 72,1% nas redes estaduais (4.137.324) e 98,9% em zonas urbanas.

A LDB implanta no ensino médio o elemento trabalho. Nesse contexto, o ensino médio segundo INESC está reduzido a um mero treinamento e habilitação para o vestibular e um limitado preparo para o trabalho atrelado às tarefas existentes no mercado de trabalho local,

o que repercute numa ausência acentuada no cumprimento do princípio da educação para a cidadania e incentiva a competitividade.

A situação de anos de escolaridade no país é bastante precária. Dados do PNAD/96 indicam que se tem uma PEA (população economicamente ativa) compreendendo 74 milhões de trabalhadores, na qual o contingente de trabalhadores ocupados, de 10 anos ou mais, totaliza 70 milhões, com o seguinte perfil de escolaridade:

- 16% (11 milhões) sem instrução ou com menos de um ano de estudo
- 18% (13 milhões) com um a três anos de estudo
- 33% (23 milhões) com quatro a sete anos de estudo
- 13% (nove milhões) com 8 a 10 anos de estudo
- 20% (14 milhões) com 11 anos ou mais de estudo

Esses dados mostram que 47 milhões de trabalhadores, ou seja, 66% da PEA ocupada, não possuem o ensino fundamental completo. É preocupante que um terço da PEA está na condição de analfabeto funcional, ou seja, não chegou a completar três anos de estudo.

Se observarmos os anos de estudos dos chefes de família, veremos que todos os municípios têm mais de 50% dos chefes na situação de analfabeto funcional, com exceção de Paranaíba que tem 35,52%, aproximando-se do índice nacional (Tabela 12).

A situação, também, é preocupante se observarmos que todos os municípios apresentam mais de 80% dos chefes de família com ensino fundamental incompleto, com exceção de Paranaíba que tem 68,5%. Este índice, apesar de ser relativamente o mais baixo, não deixa de ser preocupante, pois, está acima dos índices nacionais.

Tabela 12. Anos de estudos dos chefes de família (%) nos municípios integrantes da AMUNPAR (em negrito: municípios localizados na área de estudo).

MUNICÍPIOS	F.ESC	0 A - 1	1 A 3	4 A 7	8 A 10	11 A 14	15 OU+	S.I.
Alto Paraná	1,25	23	25,51	34,08	7,67	7,88	1,8	0,06
Amaporã	2,08	30,38	23,09	30,11	8,6	6,85	0,79	0,18
Cruzeiro do Sul	1,23	20,67	29	32,45	7,74	7,58	2,31	0,25
Diamante do Norte	2,07	24,18	26,34	29,16	9,15	8,35	2,27	0,55
Guairacá	0,34	26,88	29,8	28,31	6,59	7,06	1,22	0,14
Inajá	1,09	31,42	22,04	33,06	6,67	5,31	1,09	0,41
Itaúna do Sul	2,9	30,16	27,45	26,54	6,88	7,16	0,36	1,45
Jardim Olinda	1,12	34,15	12	24,62	12,92	13,23	2,46	0,62
Loanda	1,68	21,56	24,34	29,78	9,8	10,7	3,27	0,55
Marilena	0,5	27,77	29,42	31,06	7,01	4,1	0,51	0,13
Mirador	1,83	28,11	28,62	30,95	8,65	3,33	0,17	0,17
N.Aliança do Ivaí	1,85	24,46	23,53	31,27	13,31	5,88	1,55	0
Nova Londrina	3,64	20,66	23,49	30,87	10,11	9,59	3,33	1,95
Paraíso do Norte	1,26	24,83	25,41	31,32	7,92	7,76	2,52	0,24
Paranacity	1,56	22,39	27,52	30,53	7,71	9,44	2,25	0,16
Paranapoema	1,41	25,7	25,71	29,31	10,82	7,37	0,31	0,78
Paranavaí	2,26	15,75	19,77	32,98	12,69	12,5	6,02	0,29
Plan do Paraná	1,01	22,31	27,48	31,44	7,61	8,32	2,54	0,3
Porto Rico	1,7	33,33	24,18	23,03	9,87	8,58	0,72	0,29
Querência do Norte	1,82	30,66	29,67	24,93	7,07	5,94	1,2	0,53

S.Cruz M.Castelo	1,83	28,49	24,8	27,34	7,47	9,36	1,94	0,6
S.Isabel do Ivaí	0,8	26,02	21,16	28,81	10,97	10,93	1,95	0,16
Santa Mônica	1,08	33,51	27,16	25	9,73	3,92	0,68	0
S.Antônio Caiuá	1	28,26	30,51	28,64	4,86	6,48	1,25	0
S.Carlos do Ivaí	0,42	25,82	26,32	31,58	7,09	7,86	1,05	0,28
S.João do Ivaí	2,01	34,11	22,82	27,32	7,69	6,23	1,7	0,13
S.Pedro Paraná	2,4	22,88	30,15	30,15	7,94	7,27	0,94	0,67
Tamboara	0,66	28,88	24,54	25,46	11,19	8,51	1,25	0,17
Terra Rica	1,45	25,45	25,16	30,3	9,45	6,99	2,29	0,36

Os municípios em estudo não fogem à regra da região. A maioria dos chefes de família, mais de 60%, possuem o ensino fundamental incompleto. Em todas as cidades, são poucos os chefes de família que iniciam/continuam o estudo mostrando um problema que as prefeituras terão de enfrentar para implantar diretrizes de desenvolvimento sustentável ou, no mínimo, programas de geração de emprego e renda.

A falta de continuidade nos estudos também é evidente (Tabela 13). Pela tabela, observam-se três aspectos: o primeiro de que nem todas as crianças em idade escolar estão estudando; segundo, daquelas que estudaram os primeiros quatro anos do ensino fundamental ocorre evasão de uma parcela, ou seja, 10% a 14% das crianças que deveriam estar no ensino fundamental não o frequentam; e terceiro, mais problemático, é que os índices de jovens que deveriam estar estudando o ensino médio é

muito baixo indicando a falta de continuidade nos estudos.

A questão é que, nos centros urbanos, é exigido, cada vez mais, pelo menos algum nível de conhecimento, o qual o ensino fundamental não prepara. Nesse contexto, tem-se município cuja maioria dos chefes de família são mal preparados e cujos filhos ou a geração mais jovem abandona o ensino muito cedo resultando em municípios cuja preparação/formação profissional é insuficiente. Esse fator gera um problema que atinge a própria sobrevivência do município. A falta de qualificação é um dos fatores explicativos da não atração de novos investimentos. Além disso, a criança e o jovem fora da escola e a falta de trabalho podem vir a gerar problemas que incluem o contato com drogas, prostituição, alcoolismo e violência gerando intervenções públicas que nem sempre resultam na solução do problema.

Tabela 13. Percentuais de alunos na pré-escola, ensinos fundamental e médio (Fonte: BIM, 2000).

NOME DO MUNICÍPIO	PRÉ-ESCOLA	1 A 4 S.	5 A 8 S.	ENSINO MÉDIO
Alto Paraná	51,2	94,73	87,48	44,48
Amaporã	44,87	92,7	86,13	42,16
Cruzeiro do Sul	50	96,1	87,03	45,68
Diamante do Norte	55,18	94,62	89,81	60,03
Guairaçá	46,11	93,49	87,54	51,34
Inajá	54,49	93,79	88,73	54,01
Itaúna do Sul	52,36	97,52	88	49,78
Jardim Olinda	70,21	94,23	92,05	63,49

Loanda	50,73	96,28	90,33	55,93
Marilena	47	95,85	88,59	56,38
Mirador	45,57	95,53	89,77	48,33
Nova Aliança do Ivaí	42,31	97,14	98,32	49,64
Nova Londrina	60,45	97,29	91,9	56,4
Paraíso do Norte	51,54	96,31	90,18	52,98
Paranacity	42,61	96,71	92,5	50,11
Paranapoema	16,77	94,77	89,76	54,18
Porto Rico	34,19	95,03	93,42	61,43
Querência do Norte	32	93,08	85,99	49
Santa Cruz de Monte Castelo	39,8	97,54	92,78	58,23
Santa Isabel do Ivaí	58,99	97,56	95,21	60,99
Santa Mônica	62,59	97,77	91,19	52,5
Santo Antônio do Caiuá	65,56	98,68	89,51	50,36
São Carlos do Ivaí	26,6	91,69	84,76	39,74
São João do Caiuá	59,77	95,79	86,28	43,84
São Pedro do Paraná	68,38	95,95	86,71	59,04
Tamboara	41,15	96,59	92,37	56,56
Terra Rica	51,08	96,92	89,29	53,14

Os municípios em estudo

QUERÊNCIA DO NORTE

Aspectos gerais do município

Breve Histórico

Em meados de 1950, os empresários Carlos Antonio Franchelo e Ângelo Bortolli, diretores da Companhia Colonizadora Brasil Loteamentos S/A, proprietários de extensa área de terras localizadas na Região de Paranavaí, resolveram loteá-las. Os empresários deram prioridade à colonização das glebas de números 27, 27-A,

28, 29 e 30, que foram demarcadas e loteadas. A partir daí desenvolveram intensa publicidade sobre os predados da região. Os primeiros moradores, em sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul, deram-lhe o nome de Querência do Norte (na gíria gaúcha e significa “lugar querido, onde se quer viver”. Aquele que nasce em Querência do Norte é denominado “querenciano”).

Em 1951 começaram as primeiras aulas no curso primário. O então Distrito de Paranavaí, pela Lei Estadual Nº 790, de 14/11/51, foi elevado à categoria de município. Em 26/11/54, pela Lei Estadual Nº 253, Querência se transforma em município autônomo. A instalação oficial se deu em 05/12/55. O primeiro prefeito municipal foi o Sr. Osório Ferreira Lemos. Querência atualmente, pertence à microrregião 10 (AMUNPAR).

Área e localização Geográfica

O município de Querência do Norte está localizado na região noroeste do Estado do Paraná, nas coordenadas 22°59'00'' latitude Sul e a 53° 25'00'' longitude WGR.

A superfície do Município é de 834 km². Essa área corresponde a 0,4% da área total do Estado. Tem como limites do município: Icaraima, Ivaté, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo e o Estado do Mato Grosso do Sul. Tem como distritos: Sede, Icatu e Porto

Brasília. Está situado a 644 km da capital e a 490 metros acima do nível do mar.

Aspectos sociais e qualidade de vida

2.1 – Demografia

Em relação a evolução da população do município, no período 1970-1996, ocorreram dois processos (Tabela 14): i) Em 10 anos, 1970-80, o perfil da cidade se modificou (diminuiu sua população), basicamente, devido a expulsão do homem no campo. Esta passa de 14.207 pessoas, em 1970, para 9.064 habitantes, em 1980, estabilizando posteriormente; e ii) A cidade se urbaniza rapidamente, nesse período, com baixo crescimento no período 1980-1996. No ano de 1996, pode-se dizer que 67,0% da população está na área urbana e 33,0% na zona rural. Estatisticamente esse efetivo corresponde à 0,10% da população do Estado do Paraná.

Tabela 14. População urbana, rural e total no período de 1970 a 1996, para o município de Querência do Norte (Fonte: Caderno Estatístico/Ipardes, 1998).

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL
	N	%	N	%	
1970	2.318	16,3	11.889	83,7	14.207
1980	5.551	61,3	3.513	38,8	9.064
1991	6.820	65,7	3.564	34,3	10.384
1996	7.022	67,2	3.426	32,8	10.448

A densidade demográfica do município acompanha o movimento da população. Diminui bastante no período 1970-1980 e volta a crescer nos anos 90 se estabilizando. No entanto, ela é baixa se comparada com a do Estado do Paraná e, mesmo, com a do Brasil (Tabela 15).

Esses dados indicam que houve aumento da densidade populacional no Estado do Paraná, no período 1970-1996. No entanto, essa

situação não se refletiu no município. A população de Querência do Norte não chegou a atingir os níveis alcançados dos anos 70, indicando um grande movimento de saída e, atualmente, um processo de estagnação populacional, o que permite indicar que ocorre uma certa estagnação nas atividades econômicas existentes.

Tabela 15. Densidade demográfica no município de Querência do Norte, Paraná e Brasil, no período de 1970 a 1996 (Fonte: Caderno Estatístico/Ipardes, 1998).

LOCAL	DENSIDADE (HABITANTES / KM ²)			
	1970	1980	1991	1996
Querência do Norte	17,0	10,9	12,4	12,5
Paraná	34,7	38,2	42,3	45,1
Brasil	10,9	13,9	17,2	18,4

Sistema de saúde

Dada a disponibilidade de dados, foi considerado o ano de 1997 na área de saúde. Observa-se, que os indicadores de mortalidade estão relativamente bons se comparados com o Paraná e o Brasil (Tabela 16).

Os mesmos equiparam-se aos índices obtidos para os países de alto Desenvolvimento Humano demonstrando que a política voltada para a saúde materno-infantil tem dado resultados para o município. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) proposto pelas Nações Unidas, tem como ponto de partida a idéia de que, embora o desenvolvimento humano seja um processo no qual se ampliam as oportunidades do ser humano, três condições essenciais estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento, sem as quais as demais oportunidades e alternativas não são acessíveis. Essas condições formam as variáveis que compõem o IDH, ou seja, a longevidade, nível

educacional e renda *per capita*. É um conceito mais amplo do que desenvolvimento, estritamente associado à idéia de crescimento econômico. O índice varia de 0 a 1. Países de Alto Desenvolvimento Humano, o IDH > 0,8;

os de médio Desenvolvimento Humano varia de 0,5 a 0,8 e os de baixo Desenvolvimento Humano o IDH é menor que 0,5 (PNUD, 1996).

Tabela 16. Indicadores de saúde para o município de Querência do Norte, Paraná e Brasil, comparados com as médias de países com diferentes índices de desenvolvimento humano (IDH), para o ano de 1997 (Fonte: SESA/ISEP/DVP/CEPI, 1997).

INDICADORES POR 1.000 HABITANTES	QUERÊNCIA DO NORTE	PARANÁ	BRASIL	PAÍSES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		
				ALTO	MÉDIO	BAIXO
Taxa de Natalidade	22,9	21,0	34,2	23,4	29,6	43,0
Taxa de Mortalidade	5,5	5,8	10,3	6,4	7,6	14,0
Taxa de Mortalidade Infantil	12,5	18,9	40,0	38,0	52,0	102,0

No entanto, o número de profissionais inscritos em Conselhos Regionais existentes no município é baixo se compararmos com a população existente (Tabela 17).

O número de habitantes por médico vem a refletir a situação considerada problemática. Comparando os dados do município com os do Paraná e do Brasil, pode-se apontar que os índices estão abaixo da média (Tabela 18). O município chega a apresentar um déficit na quantidade de médicos quatro vezes a média do Estado do Paraná e quase seis vezes a média do

Brasil.

Tabela 17. Número de profissionais da área de saúde em Querência do Norte (Fonte: CRM E COREN, 1998).

PROFISSIONAIS	NÚMERO
Médico	03
Cirurgião Dentista	03
Farmacêutico/Bioquímico	05
Profissionais de Enfermagem	14

Tabela 18. Habitantes atendidos por área de saúde para Querência do Norte, Paraná e Brasil, comparados com a média do IDH de diferentes países para o ano de 1998 (Fonte: CRM E COREN, 1998).

ESPECIALIDADE	QUERÊNCIA DO NORTE	PAÍSES COM IDH				
		PR	BR	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Médico	3.482	783	641	14.059	9.795	1.383
Cirurgião Dentista	3.482	1.031				
Farmacêutico/Bioquímico	2.089	1.682				
Profissionais de Enfermagem	746	307	619	9.287		

Comparado com outros países, este indicador revela que o município está acima da média

apresentada pelos países com Índice de Desenvolvimento Humano médio. A situação

apresenta-se a mesma para o número de habitantes por cirurgião dentista, farmacêutico bioquímico e enfermeiros.

Dado esse contexto, fica conveniente analisar outros indicadores de saúde apresentados na Tabela 19. Os indicadores foram calculados com base em fórmulas padronizadas internacionalmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Mortalidade infantil refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano por 1.000

nascidos vivos (N.V.). Mortalidade materna refere-se ao número de óbitos ocorridos por complicações da gravidez, parto e puerpério, por 100.000 nascidos vivos.

Mortalidade por causas externas refere-se ao número de óbitos por acidentes, transportes, quedas, homicídios, suicídios e outras agressões por 10.000 habitantes. Incidência refere-se ao número de casos novos de determinada doença por 10.000 habitantes.

Tabela 19. Indicadores de Saúde para o município de Querência do Norte (Fonte: SESA, 1998).

INDICADORES DE SAÚDE	1996	1997	1998
Mortalidade Infantil (1.000 NV)	15,44	12,45	38,04
Mortalidade Materna (100.000 NV)	0	414,94	0
Mortalidade Causas Externas (10.000 HAB)	13,4	4,76	7,58
Incidência Doença Meningocócica (100.000 HAB)	9,57	0	0
Incidência Outras Meningites (100.000 HAB)	9,57	0	0
Incidência Dengue (100.000 HAB)	57,43	0	9,48
Incidência Hepatite Viral A (100.000 HAB)	38,28	66,64	66,34
Incidência Hepatite Viral B (100.000 HAB)	0	38,08	0
Incidência Hanseníase (10.000 HAB)	0	0,95	4,74
Incidência Tuberculose (100.000 HAB)	19,14	28,56	18,96

Pode-se observar que a mortalidade infantil, no ano de 1998, é o dobro da existente no ano de 1996. Além disso, ocorrem casos de hepatite e dengue no município. No período também verificou-se casos de meningite. Enfim doenças que estão retornando ao Brasil por falta de maiores controles. As coberturas vacinais, de maneira global não atingem a todas as crianças (Tabela 20).

O que se pode observar é que a situação do município, de maneira geral, necessita de uma análise aprofundada dado que os indicadores de saúde estão apontando problemas, como por exemplo, nem as vacinas obrigatórias estão atingindo toda a população.

Apenas 16,2% da população mostra-se satisfeita com o sistema de saúde (Sebrae,

2000), ou seja, o índice de insatisfação é de 83,8%. Os principais problemas apontados pelos entrevistados são a falta de médicos especialistas, o mau atendimento por parte dos funcionários e a falta de medicamentos.

Tabela 20. Percentual de Cobertura Vacinal para menores de 1 ano de idade no município de Querência do Norte (Fonte: SESA, 1998).

COBERTURA VACINAL	1996	1997	1998
BCG	76,83	81,92	100
Tríplice	69,11	74,54	87,38
Antipólio	68,34	72,69	77,57
Anti-sarampo	60,23	83,39	89,25
Hepatite B	72,20	30,69	46,73

2.3 – SISTEMA HABITACIONAL

Segundo dados do cadastro do IBGE/96, o município tem 1.821 domicílios urbanos e 877 domicílios rurais, totalizando 2.698 moradias. Portanto, desse total 67% concentra-se na área urbana e 33% na área rural. Se cruzarmos estes dados com os da população, pode-se dizer que o número médio de habitantes/residência é de 3,87. No setor urbano o índice é de 3,86 e no setor rural é de 3,91.

Essa situação mostra que, apesar do processo de urbanização, tanto a população do setor urbano quanto a do setor rural apresentam praticamente o mesmo número médio de pessoas na família, ou seja, com o processo de urbanização não houve mudanças significativas na composição familiar. Uma das possíveis

explicações é que, no setor urbano, pode estar morando mais de uma família por domicílio. Este comportamento exige maior investigação.

Na pesquisa feita com a população pelo Sebrae (2000), 52,2% da população entrevistada mostrou-se insatisfeita com a habitação. As principais reivindicações são o número reduzido de oferta de casas populares e a pouca infraestrutura nas casas.

2.4 - SISTEMA DE ENSINO

Querência do Norte, segundo dados da Prefeitura Municipal (Secretaria Municipal da Educação), em 1998, possuía um total de 3.611 alunos, sendo que 3.038 estão matriculados no 1º grau e 474, ou seja, 13,1% estão no 2º grau (Tabela 21).

Tabela 21: Quantidade de turmas (turmas) e quantidade de alunos (alunos) por grau de ensino no município de Querência do Norte em 1998 (Fonte: Secretaria da Educação Esporte e Turismo, 1998).

GRAU DE ENSINO	TURMAS	%	ALUNOS	%
Pré-Escola	01	7,7	99	2,7
1º Grau	11	84,6	3.038	84,2
2º Grau	01	7,7	474	13,1
3º Grau	-	-	-	-
TOTAL	13	100,0	3.611	100,0

O perfil da educação no município apresenta a relação de 1 professor para 22 alunos. Este índice é praticamente igual à média estadual que é de um professor para cada 21 alunos e nacional de 23 alunos.

Na passagem do primeiro para o segundo grau, o número de estudantes reduz-se drasticamente: de 3.038 passa para, apenas, 474 alunos indicando um sério problema de continuidade dos estudos. Apenas um pequeno percentual continua a se especializar através do ensino médio.

Se analisarmos os dados de dependência

administrativa ver-se-á que o problema não está no pagamento: todas as escolas são municipais e estaduais. O que chama mais a atenção é a distribuição dos alunos: embora 72,7% das escolas seja municipais elas abrigam 46,4% dos alunos e as 3 escolas estaduais abrigam 53,6% dos mesmos (Tabela 22).

Uma das explicações para tal fato é que, provavelmente, as escolas rurais, além de serem mais distribuídas geograficamente, se instalam em unidades menores. As escolas estaduais, maiores, se encontram, somente, no setor urbano (Tabela 23).

Tabela 22: Número de escolas e de alunos por dependência administrativa no município de Querência do Norte (Fonte: Secretaria da Educação Esporte e Turismo, 1998).

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ESCOLAS		ALUNOS	
	QTDE.	%	QTDE.	%
Municipal	08	72,7	1.707	46,4
Estadual	03	27,3	1.904	53,6
Federal	-	-	-	-
Particulares	-	-	-	-
TOTAL	11	100,0	3.611	100,0

Observa-se que a maioria dos alunos (73,5%) estão freqüentando escolas situadas no setor urbano, enquanto que 26,5% estão no setor rural. Pode-se ainda observar que existem professores que lecionam nas escolas sem

habilitação (16%). Um índice alto mesmo para a região. Se houver pressão por parte do Estado, com os programas de reciclagem, este problema tende a ser minimizado.

Tabela 23: Distribuição dos alunos por setor e de professores por habilitação, para o município de Querência do Norte em 1998 (Fonte: Secretaria da Educação Esporte e Turismo, 1998).

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS	QTDE	%
Área Urbana	2.655	73,5
Área Rural	956	26,5
TOTAL	3.611	100,0

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES	QTDE	%
Habilitados	137	84,0
Não habilitados	26	16,0
TOTAL	163	100,0

O problema maior está na continuidade dos estudos. Cerca de 32% das crianças na idade da pré-escola estão realmente freqüentando a escola. A faixa de ensino obrigatório, o fundamental, foi dividida em duas faixas: a da 1ª à 4ª série e a da 5ª à 8ª série (Tab. 24). Ocorre um problema de continuidade na passagem da 4ª para a 5ª série: de 93,08 % das crianças que

estão nessa faixa etária e que estão estudando, apenas 85,99% continuam os estudos da 5ª à 8ª série (Tabela 24).

A passagem do ensino fundamental para o médio é a situação mais alarmante: apenas 49% das crianças e jovens nessa faixa etária estão na escola o que repercute em uma população futura sem maiores preparos para o mercado de

trabalho, ou seja, uma população pouco qualificada.

Tabela 24– Percentual de crianças (%) que estudam em relação ao total de crianças na mesma faixa etária, no município de Querência do Norte (Fonte: BIM, 1999).

GRAU DE ENSINO	%
Pré-escola	32,00
1 ^a à 4 ^a série	93,08
5 ^a à 8 ^a série	85,99
Ensino médio	49,00

Quanto a relação número de alunos por professor, índice apresentado pelo município de Querência do Norte não está muito diferente do Paraná e do Brasil. O perfil da educação no município apresenta a relação de 1 professor para 22 alunos. Este índice é praticamente igual à média estadual que é de um professor para cada 21 alunos e nacional de 23 alunos, que está abaixo dos valores do índice de desenvolvimento humano apresentado pelos países com desenvolvimento médio (1 professor para 27 alunos) (Fonte: Secretaria de Educação Esposte e Turismo, 1998).

Segundo pesquisa desenvolvida pelo Sebrae (2000), somente 66,5% da população entrevistada mostrou-se satisfeita com o ensino. Foram apontados os seguintes problemas na área de educação: faltam professores especializados, poucos investimentos para o setor e o baixo nível do ensino.

Discutindo, ainda, o problema da educação formal tem-se a própria condição de escolaridade do chefe de família. A situação de Querência do Norte mostra-se preocupante: 60,3% dos chefes de família tem até o primário incompleto, destes a metade é analfabeta ou tem até um ano de estudo (Tabela 25).

Se analisarmos, os que têm até o primeiro grau incompleto, ou seja, o ensino fundamental incompleto, o percentual sobe para 85%. Este é

um percentual muito alto indicando a necessidade de políticas voltadas tanto para o jovem quanto para os adultos.

Tabela 25: Escolaridade do chefe de família (em %) no município de Querência do Norte (Fonte: Bim, 1999).

ANOS DE ESTUDOS	%
Frequênta escola	1,82
De 0 a 1 ano de estudo	30,66
De 1 a 3 anos de estudos	29,67
De 4 a 7 anos de estudos	24,93
De 8 a 10 anos de estudos	7,07
De 11 a 14 anos de estudos	5,94
15 anos ou mais de estudos	1,20
Sem informação	0,53

A título de comparação, nos países do Mercosul, a média de escolaridade de um trabalhador brasileiro está em 3,8 anos, contra 6 anos do trabalhador paraguaio e 9 anos do argentino. A baixa escolaridade dificulta a absorção dos novos conhecimentos e o acesso à melhor remuneração no mundo do trabalho.

3 – Aspectos econômicos.

3.1 – OS SETORES DE ATIVIDADES

O município de Querência do Norte possuía um PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 16.889.264,91, com o PIB *per capita* de US\$ 1.619,14 (IPARDES, 1998). Considerando que o PIB *per capita* do Brasil, para o período foi de US\$ 4.793,00 e o do Paraná de US\$ 5.205,00, pode-se apontar que a renda média por habitante mostra-se bem abaixo da encontrada para o país. Essa condição indica uma baixa qualidade de vida da população.

O PIB municipal, segundo dados do Paracidade (2000), é de aproximadamente US\$ 17 milhões. O setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) contribui na sua

formação com 32%, o setor secundário (indústria de transformação) com 2% e o setor terciário (comércio e serviços) com 66 %. A seguir, serão discutidos cada um dos setores.

3.1.1 – O Setor Primário

Dos 653 estabelecimentos do setor primário (agrícolas) existentes, cerca de 24,2% são minifúndios, isto é, tem menos de 10 ha de área. Apenas 5,3% dos estabelecimentos possuem acima de 500 ha (Tabela 26). Portanto, pode-se dizer que a grande maioria dos estabelecimentos, ou seja 81,5%, são mini e pequenos.

Tabela 26. Número de estabelecimentos (N) e porcentagem (%) por grupo de área total no município de Querência do Norte (Fonte: IBGE, 1996).

GRUPO DE ÁREAS	N	%
Menos de 10 ha	158	24,2
De 10 a menos de 100 ha	374	57,3
De 100 a menos de 200 ha	45	6,9
De 200 a menos de 500 ha	41	6,3
De 500 a menos de 2000 ha	30	4,6
Mais de 2000 ha	5	0,7
Sem informação	0	-
TOTAL	653	100,0

Em Querência do Norte existe (como existiu

no passado) um problema sério de ocupação de terras: 49,9% das mesmas estão nas mãos de ocupantes. A prática de parceria e arrendamento de terras é pouco representativa. Em termos concretos, tem-se duas situações: ou o produtor é ocupante ou ele é proprietário, gerando conhecidos conflitos na área (Tabela 27).

Tabela 27: Número de estabelecimentos (N) e porcentagem (%) por condição do produtor no município de Querência do Norte (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1195/1996).

TIPO	N	%
Proprietário	311	47,6
Arrendatário	11	1,7
Parceiro	5	0,8
Ocupante	326	49,9
TOTAL	653	100,0

As práticas levadas estão predominantemente voltadas à pecuária, como se observa na Tabela 28. Querência do Norte reflete o que ocorreu na região norte/noroeste do estado, no qual a ocupação ocorreu com a cafeicultura, a qual foi substituída pelas culturas temporárias e a pecuária, posteriormente e, principalmente, após os problemas ambientais sérios terem ocorrido na região noroeste, como já foi discutido em capítulo próprio.

Tabela 28: Utilização de terras (lavouras, pastagens, produtivas não-utilizadas, matas e florestas) no município de Querência do Norte (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

UTILIZAÇÃO	ESTABELECIMENTO		ÁREA / HA	
	N	%	QIDE.	%
Permanentes	25	3,8	118	0,2
Temporárias	463	70,9	13.003	18,7
Temporárias em descanso	52	7,9	1.590	2,3
Pastagens naturais	225	34,4	8.225	11,8
Pastagens	383	58,6	40.522	58,2
TOTAL DAS MATAS E FLORESTAS NATIVAS	149	22,8	5.329	7,7
Produtivas não-utilizadas	56	8,6	795	1,1
Total	653	-	69.582	100,0

Como se pode observar, em todas as propriedades pode existir mais de uma atividade. Pode-se dizer que 70,9% das propriedades tem lavouras temporárias, mas que estas ocupam, apenas 18,7% da área total do município.

Os estabelecimentos com pastagens plantadas, que exigem maiores investimentos, representam 58,6% ocupando 58,2% da área total do município enquanto que, os com pastagem natural, são em menor proporção representando 34,4% dos estabelecimentos e ocupando 11,8% da área total.

Por outro lado, fazendo parte do mesmo processo de continuidade da devastação que ocorreu na região, apenas, 22,8% dos estabelecimentos possuem matas e florestas nativas que representam 7,7% da área do município.

Os principais produtos estão voltados ao mercado interno e, basicamente, centrados no arroz, feijão, mandioca e milho. As culturas de exportação (soja e trigo) têm baixa participação relativa, o que, em parte, explica a baixa participação no PIB municipal (Tabela 29).

Tabela 29: Produto, área plantada (Área), quantidade colhida (Qtde.) e rendimento médio (RM) em quilos das principais lavouras temporárias, no município de Querência do Norte. (Fonte: SEAB/DERAL/PAM, 1996/1997).

PRODUTO	ÁREA (ha)	QTDE (ton.)	RM (kg/ha)
Algodão herbáceo	300	558	1.860
Arroz Irrigado	1.830	7.220	3.945
Feijão	1.600	1.175	734
Mandioca	1.600	32.000	20.000
Milho	3.500	10.903	3.115
Soja	2.550	5.293	2.076
Trigo	100	180	1.800

Em relação às lavouras permanentes, os principais produtos do município são o café e a laranja mas, a área dedicada as mesmas é baixa

(26,6%). Essas atividades, como é sabido, demandam um maior número de empregados, principalmente, permanentes (SEAB/DERAL/PAM, 1996/1997). No entanto, como a área plantada é baixa, poucos empregos são gerados.

Existe uma predominância de rebanhos comerciais, destacando-se os bovinos (Tabela 30). A criação demanda baixa ocupação de mão-de-obra gerando baixo nível de emprego.

Tabela 30. Efetivo dos rebanhos (cabeças) no município de Querência do Norte em 1998 (Fonte: EMATER, 1998).

TIPO	CABEÇAS
Bovinos	84.700
Bubalinos	300
Galos, Frangos e Pintos (Corte)	9.000
Ovinos	800

A pecuária, em sua maioria, está voltada para a produção de leite. A quantidade de peixe, no município é insignificante, assim como a quantidade de carne de suínos comercializada. Existe a apicultura como alternativa ao pequeno produtor (Tabela 31).

Tabela 31 : Quantidade dos principais produtos (N) de origem animal no município de Querência do Norte (Fonte: SEAB/DERAL/PAM, 1996/1997).

PRODUTO	N
Leite (litros)	7.056.000
Ovos de galinha (dúzias)	80.000
Mel (kg)	2.000
Carne de suínos (tons. de carcaça)	45
Peixe (tons. equivalentes de carne limpa)	46
Carne de gado(tons. de carcaça)	465

Dentro do setor primário, também, destaca-se o extrativismo vegetal com o carvão (Bairro Icatú) (Emater, 1999). Quanto ao uso e ocupação do solo, o município de Querência do Norte detém boa aptidão para culturas anuais climaticamente adaptadas.

Cultivares alternativos que tenham mercado consumidor crescente, com maior valor agregado como a agricultura orgânica, por exemplo, poderiam contribuir para o aumento da renda da atividade agrícola em pequenas e médias propriedades, com o conseqüente aumento do emprego. A agropecuária tem como principais produtos a mandioca, milho, arroz, soja, laranja, bovinos, e frangos (SEAB/DERAL/EMATER, 1997).

3.1.2 – Os setores secundário e terciário

Querência do Norte não é exceção à regra numa economia que se urbanizou, ou seja, a grande fonte de geração de renda do município está no setor terciário. O preocupante é que a renda gerada está bem abaixo da do Paraná e basicamente concentrada no setor terciário e primário.

O setor terciário (comércio e serviços) possui um comércio generalista composto, em sua maioria, por atividades de pequeno e médio porte, sendo sua indústria pouco representativa.

Confirmando o que foi dito anteriormente, existe uma relação direta entre o número de empresas e a fonte de geração de renda (Tabela 32). No setor secundário (industrial) a participação é de 2,0% do PIB municipal, tendo como segmento dominante as atividades de produtos alimentares, metalurgia, extração mineral e madeira.

Tabela 32. Quantidade de empresas (N) nos setores secundário e terciário, no município de Querência do Norte (Fonte: Secretaria da Indústria e comércio, 1998).

SETORES	N
Indústria	26
Comércio	124
Serviços	19
TOTAL	169

A população local demonstra um grau de insatisfação elevado (77,5%), apontando como carências neste item o número reduzido de

indústrias locais, a falta de incentivo por parte da prefeitura e a pouca divulgação dos produtos.

O que se pode confirmar, também, é que no setor terciário, o comércio de mercadorias é o preponderante. A área de serviços é de baixa representatividade. Numa mudança do padrão de desenvolvimento que a sociedade passa, a área de serviços torna-se fundamental.

Ter baixa representatividade nesse setor pode indicar que está havendo um processo de marginalização econômica ou baixa inserção na economia estadual ou, ainda, falta de profissionais qualificados para as mudanças que estão ocorrendo. Provavelmente, o comércio restringe-se ao entorno de Querência do Norte.

O setor terciário (comércio, serviços e turismo) tem uma alta contribuição para a formação do PIB municipal (66,0%). O nível de satisfação da população com o setor comercial é de 61,0% e o de prestação de serviços possui desaprovação de 54,6% (Sebrae, 2000). A insatisfação é refletida nos seguintes problemas: pouca variedade de produtos, altos preços praticados e mau atendimento.

No setor de turismo, o índice de desaprovação é de 77,4% em função de pouca exploração dos pontos turísticos, falta de verbas e pouca divulgação do setor. Estas reclamações têm procedência, já que os dados de 1998, da Secretaria de Indústria e Comércio do município não registrou nenhuma atividade no setor. Existem atrativos naturais no município que são os portos localizados no rio Paraná. Além disso, existem manifestações populares que estão na agenda cultural do município, tais como, a Festa do Arroz (Agosto) e a Festa Porto Natal (Dezembro).

3.2 - EMPREGO

Em 1998, foi realizado um censo econômico no município de Querência do Norte pelo

Sebrae, no qual foram identificadas 180 empresas que empregavam 889 pessoas (Tabela 33). De cada 10 empresas, 4 aproximadamente, são informais, ou seja, não possuem registros nos órgãos competentes. O maior grau de

informalidade foi observado nas empresas de serviços com 51,8%, seguido das empresas do comércio com 34,1% e das empresas industriais com 13,3%.

Tabela 33. Composição das empresas e número de funcionários no município de Querência do Norte (Fonte: Sebrae, 2000).

ATIVIDADE	QUANTIDADE	%	FUNCIONÁRIOS	%
Setor				
Indústria	15	8,3	103	11,6
Comércio	82	45,6	241	27,1
Serviços	83	46,1	54,5	61,3
Tipo				
Formal	107	59,4	713	80,2
Informal	73	40,6	176	19,8
Natureza				
Pública	32	17,8	413	46,5
Privada	148	82,2	476	53,5
Porte				
Micro	164	91,1	458	51,5
Pequena	14	7,8	287	32,3
Média	2	1,1	144	16,2
Grande	0	0,0	0	0,0
TOTAL	180		889	

No setor industrial destacam-se empresas voltadas às atividades de fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria e beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz.

No setor comercial lideram as empresas lanchonetes e similares, comércio varejista de artigos do vestuário e complementos e comércio varejista de mercadorias, em geral, com predominância de produtos alimentícios (área de venda inferior a 300 m²).

No setor de serviços, observa-se a liderança de atividades de manutenção e reparação de veículos automotores e atividades de organizações religiosas.

A população economicamente ativa, isto é, a

que está em idade de trabalhar, é de 5.680 habitantes (Paranacidade, 2000). O emprego gerado no setor urbano atinge, apenas, 15,7% da população. Além disso, 40,6% das empresas são informais e contratam 19,8% da população que está trabalhando. Partindo da premissa que a maioria dos trabalhadores informais tem baixa remuneração, que o município tem baixíssima geração de emprego e renda pode-se apontar para a baixa qualidade de vida da população.

As micro e pequena empresas são as que mais empregam, 83,8% do total de trabalhadores. As empresas públicas são importantes geradoras de empregos. Embora representem 17,8% dos estabelecimentos existentes empregam 46,5% dos trabalhadores.

4- Infra estrutura básica

4.1 - ENERGIA ELÉTRICA

Foi verificado um acréscimo no número total de ligações devido, em grande parte, ao aumento de ligações no setor rural, com o programa governamental de eletrificação rural (Tabela 34). O número de ligações no setor urbano, por sua vez, reflete o processo de

evasão populacional. O número de ligações residenciais diminui no período 1995 a 1997, passando de 2.036 ligações em 1995 a 1.996 ligações em 1997. É um dos setores com alto nível de aprovação da população, 85% dos pesquisados pelo Sebrae (2000) declararam-se satisfeitos com os serviços prestados pela Copel. Por outro lado, o aumento no consumo de energia indica maior acesso aos eletroeletrônicos.

Tabela 34: Quantidade de consumidores (N) de energia elétrica por classe, nos anos de 1995 a 1997 (Fonte: COPEL, 1998).

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES						CONSUMO EM MWH					
	1995		1996		1997		1995		1996		1997	
	N	%	N.	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Residencial	2.036	71,1	2.037	69,3	1.996	68,7	2.448	32,8	2.569	34,7	2.528	33,1
Industrial	29	1,0	26	0,9	30	1,0	812	10,9	629	8,5	672	8,8
Comercial	214	7,5	219	7,4	216	7,4	705	9,5	758	10,2	803	10,5
Rural	518	18,1	593	20,1	589	20,3	2.103	28,2	2.043	27,6	2.233	29,2
Poder público	54	1,9	56	1,9	58	2,0	284	3,8	304	4,1	326	4,3
Iluminação pública	04	0,1	04	0,1	07	0,2	775	10,4	799	10,8	790	10,3
Serviços públicos	05	0,2	07	0,2	09	0,3	330	4,4	304	4,1	281	3,7
Consumo próprio	02	0,1	02	0,1	02	0,1	2	0,0	3	0,0	4	0,1
Total	2.862	100,0	2.944	100,0	2.907	100,0	7.459	100,0	7.409	100,0	7.637	100,0

O setor industrial cresceu pouco. No entanto, ao se analisar o consumo, pode-se apontar algumas possibilidades. A primeira, que os equipamentos foram substituídos por outros que consomem menos energia. A segunda, que houve diminuição das atividades das empresas. A terceira, que houve substituição de empresas por outras mais “tradicionais”, mais familiares, ou ainda não tão intensivas em capital. É necessário pesquisar.

Poucos são os problemas apontados pela população. Os mais citados são a falta iluminação pública, alto custo das tarifas e quedas constantes de energia.

4.2 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em Querência do norte, existe um posto

artesiano que é gerenciado pela mesma. São 2.031 ligações e, segundo os dados da Sanepar (1998), atende a 100% da população. No entanto, se cruzarmos essa informação com a Tabela 34, veremos que o número de estabelecimentos situados no setor urbano atendidos por ligação de energia elétrica é bem maior do que a atendida pelo número de água, indicando que existem casas que não tem ligação de água fornecida pela Sanepar.

4.3- SANEAMENTO BÁSICO

Segundo a Secretaria da Saúde (1998), não há no município rede de esgotos, sendo que os dejetos são lançados em fossas sépticas e, grande parte da população está insatisfeita, tendo em vista a inexistência de rede de esgotos

(Sebrae, 2000).

O município está em fase de privatização de diversos serviços públicos. Água e esgoto são serviços que demandam pesados investimentos em infra-estrutura. Nesse contexto, é provável que Querência do Norte, isoladamente, não tenha um volume operacional que seja atraente para uma empresa privada, necessitando abrir discussão para a procura de soluções para tão importante problema.

4.4 - COLETA DE LIXO E DESTINO FINAL

A quantidade de lixo produzida é de 1 tonelada/dia, o qual é depositado em aterros sanitários (Secretaria de Saúde, 1998). A coleta e a destino do lixo, junto com a coleta e tratamento dos esgotos e outros efluentes são grandes fontes de poluição dos solos e das águas. O grau de insatisfação é de 61,5% sendo apontados como principais problemas: a demora na coleta de lixo, poucos caminhões para coleta e a falta de coleta em determinadas regiões (Sebrae, 2000).

4.5 – RODOVIAS

Cerca de 49,4% da população está insatisfeita com o transporte coletivo intermunicipal apontando como principais problemas ônibus em péssimas condições e poucos ônibus e horários disponíveis (Sebrae, 2000).

Quanto à malha rodoviária municipal (estradas e pontes) (Tabela 35), a desaprovação fica em 61,5%, sendo citados como os principais problemas pelos entrevistados: estradas esburacadas, pouca manutenção das estradas e pontes e falta de pavimentação em várias estradas.

4.6 – SEGURANÇA PÚBLICA

Em Querência do Norte existia, no ano de 1998, apenas um policial civil e 9 policiais militares (DP/PM, 1998). A relação entre o número de policiais e a população atendida é

alta: cerca de 5000 habitantes por policial civil e 1750 habitantes por policial militar, sendo que para o Paraná, a relação habitantes/policial militar é de 589. O número de insatisfeitos atinge acima de 69,8% dos entrevistados. Foram apontados como principais problemas a falta de rondas noturnas, o mau atendimento e a falta de maior número de policiais.

Tabela 35: Tipo, nome e extensão das estradas do município de Querência do Norte (Fonte: EMATER, 1998).

TIPO	NOME	EXTENSÃO (km)
Estadual	PR 218	50
Municipais	Três Morrinhos	30
Municipais	Porto Dezoito	25
Municipais	Do Trinta	35

4.7 - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Estão presentes em Querência do Norte algumas entidades não governamentais, são elas a APAE, as APMs, Associações de Moradores e o Movimento dos Sem Terra.

4.8 – PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os principais problemas ambientais, em relação a vegetação são o desmatamento, queimadas e lixo. Nos rios, a poluição, lixo e pesca predatória. Nas ruas, erosão e poluição e, nas lavouras, erosão.

B - PORTO RICO

1 – Aspectos gerais do município

1.1 – BREVE HISTÓRICO

A área que compreende o atual território municipal foi percorrida por espanhóis e bandeirantes paulistas no século XVI, em alguns de seus pontos mais acessíveis desde as barrancas do rio Paraná até às margens do Paranapanema. No início da década de cinquenta, no local que denominaram Porto Rico, instalaram-se José Ebner, José Loreno de

Lima e as famílias de Manoel Gomes Cardoso, Joaquim de Campos e Joaquim Lopes. Estas pessoas vinham com a finalidade de desbravar a região a procura de terras agricultáveis.

Em 1953, Porto Rico foi elevado à categoria de Distrito, com território pertencente ao município de Paranavaí. Todavia, com a criação do município de Loanda em 1954, o Distrito passou a sua jurisdição. Pela Lei Estadual Nº 4.738, de 05 de julho de 1963, foi criado o Distrito Administrativo de Porto Rico, no município de Loanda.

Pela lei estadual n. 4.738, de 05 de julho de 1963, foi criado o município de Porto Rico, cuja instalação oficial ocorreu no dia 21 de abril de 1964. Porto Rico pertence à AMUNPAR e seus habitantes são denominados de Portorriquenses. A padroeira é Nossa Senhora dos Navegantes

1.2 - Área e localização Geográfica

O município de Porto Rico situa-se na região Noroeste do Estado do Paraná, nas coordenadas 22°46'40" de latitude Sul e a 53°11'40" de longitude. A superfície do Município é de 185,3 km²; essa área corresponde a 0,09% da área total do Estado. A população do município é de 2.714 habitantes. Esse total corresponde a 0,03% da população do Estado. Localiza-se a 470 metros acima do nível do mar e a 615 Km de Curitiba (capital do Estado). Limita-se com os municípios de: Loanda, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, São Pedro do Paraná e Estado do Mato Grosso do Sul. Tem um distrito chamado Sede, e pertence a comarca de Loanda

2. Aspectos sociais

2.1. DEMOGRAFIA

Porto Rico diferencia-se de Querência do Norte por apresentar os processos de expulsão e urbanização mais recente. Apesar de, no período 1970-80, ocorrer a saída de mais de mil pessoas do meio rural, o maior êxodo ocorre no período

1980-1991 com a diminuição de mais de 50% da população rural e sem um acréscimo significativo no meio urbano (Tabela 36). O processo de urbanização, portanto, não ocorre pelo fato de maior contingente humano no setor urbano mas, sim, pela saída das pessoas do município.

Tabela 36. População urbana, rural e total para o município de Porto Rico (Fonte: IBGE, 1998).

ANO	URBANA		RURAL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
1970	1.025	16,5	5.173	83,5	6.198	100,0
1980	1.181	22,1	4.160	77,9	5.341	100,0
1991	1.495	46,6	1.716	53,4	3.211	100,0
1996	1.490	54,9	1.224	45,1	2.714	100,0
2000	1.474	60,5	909	39,5	2.383	100,0

As projeções do IPARDES (2000) para o ano 2000 indicam que o processo de esvaziamento continua. Nesse contexto, a taxa anual de crescimento urbano é de 0,07% e a taxa anual de crescimento rural é de 6,53%.

Logicamente, esse movimento reflete-se em termos de densidade populacional. Porto Rico, que acompanha o índice de densidade demográfica do Paraná, nos anos 80, ao sofrer o processo de esvaziamento teve sua densidade alterada. Enquanto a densidade média paranaense continuava a crescer, Porto Rico passa a diminuir continuamente (Tabela 37).

Tabela 37: Densidade demográfica do município de Porto Rico, Paraná e Brasil (Fonte: IBGE, 1998).

LOCAL	DENSIDADE (HABITANTES POR KM ²)			
	1970	1980	1991	1996
Porto Rico	33,4	28,8	17,3	14,6
Paraná	34,7	38,2	42,3	45,1
Brasil	10,9	13,9	17,2	18,4

Isso, além de indicar o esvaziamento do município, mostra o processo de reordenamento

populacional que está ocorrendo no estado do Paraná em direção aos centros urbanos maiores, em particular a região metropolitana de Curitiba, com conseqüente alteração populacional e nas atividades econômicas no interior do estado.

2.2 – SISTEMA HABITACIONAL

O número de domicílios urbanos em Porto Rico é 391 e no setor rural é de 314 casas, totalizando 705 domicílios (IBGE, 1996). O número de domicílios, urbanos e rurais, acompanha o movimento populacional. Se cruzarmos com os dados da Tabela 36, veremos que o número de pessoas por domicílio no setor urbano é de 3,81 e no setor rural é de 3,90. Essa

situação, a exemplo de Querência do Norte, mostra que, apesar do processo de urbanização ocorrido, os impactos sobre as mudanças na família ainda não se fizeram sentir.

2.3 – SISTEMA DE SAÚDE

Quanto ao aspecto da saúde, a situação de Porto Rico se assemelha, na média, com a do Paraná. Ambos se encontram em situação melhor que a do Brasil. No entanto, se compararmos com os Índices de Desenvolvimento Humano apresentados pelos diferentes países é possível dizer que os índices estão próximos aos países de IDH médio e alto (Tabela 38).

Tabela 38 : Indicadores de Saúde (por mil habitantes) para o município de Porto Rico, comparados com o Paraná, Brasil e outros pais com diferentes índices de desenvolvimento humano (Fonte: SESA/CEPI, 1997).

INDICADORES (TAXAS)	PORTO RICO1997	PARANÁ 1997	BRASIL 1996	PAÍSES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		
				Alto	Médio	Baixo
Natalidade	21,4	21,0	34,2	23,4	29,6	43,0
Mortalidade	6,6	5,8	10,3	6,4	7,6	14,0
Mortalidade Infantil	18,2	18,9	40,0	38,0	52,0	102,0

É baixo o número de profissionais da área de saúde inscritos no CRM e COREN do município de Porto Rico, para o ano de 1998. Esse número reflete-se na disponibilidade desses profissionais em termos da população a ser atendida (Tabela 39). Todos os indicadores apresentados são maiores que a média do Paraná e do Brasil. No

entanto, aproxima-se dos países de IDH alto. Porto Rico tem um hospital municipal que atende pelo SUS. Existem 9 leitos, sendo que, os leitos por especialidades atendidas são: Clínica Cirúrgica = 1 ; Obstetrícia/Ginecologia = 2; Clínica Médica = 4; Pediatria = 2. Existe um posto de saúde rural e um centro de saúde.

Tabela 39. Relação de habitantes atendidos para cada profissional da área de saúde para o município de Porto Rico, comparados com o Paraná, Brasil e outros pais com diferentes índices de desenvolvimento humano (Fonte: CRM/COREN, 1998).

PROFISSIONAL (NÚMERO)	PORTO RICO	PAÍSES COM DESENVOLVIMENTO				
		PR	BR	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Médico (3)	905	783	641	14.059	9.795	1.383
Cirurgião Dentista (2)	1.357	1.031	-	-	-	-
Farmacêutico/Bioquímico (2)	1.357	1.682	-	-	-	-
Profissionais de Enfermagem (8)	339	307	619	9.287	-	-

2.4 – SISTEMA DE ENSINO

No município de Porto Rico existem os ensinos pré-escolar, fundamental e médio. O número de crianças no ensino pré-escolar é de apenas 14 crianças, apontando para uma possível demanda não satisfeita (Tabela 40). Essa situação teria de ser confirmada, dado que a necessidade, pelo menos, em nível regional, ocorre, principalmente, quando as mães saem de casa para trabalhar. O diagnóstico das mulheres que tem crianças em idade pré-escolar será realizado em etapa posterior da pesquisa.

Tabela 40: Número de alunos e de salas por grau de ensino para o município de Porto Rico (Fonte: Secretaria da Educação, 1998).

GRAU DE ENSINO	ALUNOS		SALAS	
	N	%	N	%
Pré-Escola	14	1,5	01	2,7
1º Grau	655	70,7	27	73,0
2º Grau	257	27,8	09	24,3
3º Grau	-	-	-	0
TOTAL	926	100,0	37	100,0

Quanto ao atendimento das crianças em idade escolar constata-se no município a mesma situação de Querência do Norte, ou seja, uma queda acentuada de crianças que saem do ensino fundamental e ingressam no ensino médio.

Pela Tabela 41, observa-se que há uma concentração de crianças estudando no setor urbano (96,2%). Relembrando de que a população do município distribui-se de forma relativamente homogênea entre setor urbano e rural, pode-se depreender que as crianças do setor rural estão freqüentando em proporção bem menor. Em relação ao sexo das crianças que freqüentam a escola, não há uma diferença muito grande, 48,9% são mulheres e 51,1% são homens. A questão ainda problemática é a própria formação dos professores: existem 8,6% que não estão habilitados. Embora,

numericamente, eles sejam em número de cinco pode-se apontar que, provavelmente, os mesmos devem estar lecionando na área rural.

Tabela 41: Distribuição de alunos por área e sexo e professores habilitados para o município de Porto Rico (Fonte: Secretaria de Educação).

ALUNOS	N	%
Área Urbana	891	96,2
Área Rural	35	3,8
Total	926	100,0
Sexo Masculino	473	51,1
Sexo Feminino	453	48,9
TOTAL	926	100,0
PROFESSORES	QTDE	%
Habilitados	53	91,4
Não habilitados	05	8,6
Total	58	100,0

Outra questão importante, em termos de educação formal é o perfil da educação (Tabela 42). É difícil discutir alguns dados apresentados nessa tabela. A primeira dificuldade está no próprio conceito de reprovação escolar. Como discutir esse índice se existe uma política educacional que incentiva a promoção dos alunos até a quarta série do ensino fundamental, sem repetência? Podemos dizer que Porto Rico está melhor quanto ao índice de reprovação, estatisticamente, em relação ao Paraná, Brasil e mesmo os países de IDH alto? De que maneira a não reprovação influi na qualidade do ensino ministrado? Essas questões só poderão ser respondidas com mais investigações.

É necessário refletir sobre todo o sistema educacional que está se implantando no Brasil, que inclusive serve como uma das variáveis que compõem a construção do IDH de cada país, bem como de cada município. A “melhoria” destas variáveis, em nível internacional, como é sabido, viabiliza e condiciona empréstimos internacionais. Hoje existe toda uma política

nacional voltada à melhoria das variáveis que compõem o IDH e tal situação pode estar se

refletindo no fato de Porto Rico apresentar índices melhores do que os países de IDH alto.

Tabela 42- Perfil da educação para o município de Porto Rico, comparado com o Paraná (PR), Brasil (BR) e países com diferentes índices de desenvolvimento humano (Fonte: Secretaria de Educação, 1998).

PERFIL DA EDUCAÇÃO	PORTO RICO	PR	BR	PAÍSES COM DESENVOLVIMENTO		
				BAIXO	MÉDIO	ALTO
Alunos/Professor	16	21	23	43	27	25
Índice de reprovação	4,0%	16,0%	18,0%	16,0%	10,0%	10,0%
Evasão escolar	6,0%	-	-	-	-	-

Um dos indicadores educacionais mais importante é saber se as crianças e jovens que deveriam estar estudando, efetivamente estão estudando (Tabela 43). Percebe-se que existe um alto índice de frequência de crianças e jovens. Por outro lado, pode-se apontar que quanto mais idade a criança possui maior a probabilidade dela estar fora da escola.

Tabela 43. Percentual de crianças que estudam em relação ao total de crianças na mesma faixa etária (Fonte: BIM, 1999).

GRAU	%
Pré-escola	34,19
1ª à 4ª série	95,03
5ª à 8ª série	93,42
Ensino médio	61,43

Na passagem da quarta para a quinta série diminui o percentual de crianças que estão frequentando a escola. A queda maior ocorre na passagem do ensino fundamental para o médio, no qual apenas 61,43% dos jovens em idade de estudar estão estudando. Portanto, além de muitos estarem fora da escola eles passam a fazer parte de uma população que tem no máximo o ensino fundamental. Tal situação dificulta o acesso ao mercado de trabalho e a possíveis maiores ganhos salariais.

A questão da qualificação para o mercado de

trabalho do chefe de família é, a exemplo de Querência do Norte, preocupante. Observa-se que 57,51% dos chefes de família tem até 3 anos de estudos, caracterizando-se um grande contingente de analfabetos funcionais existentes no município (Tabela 44). Os dados apontam, também, que 80,5% tem o ensino fundamental incompleto.

Tabela 44. Anos de estudos do chefe de família (%), para o município de Porto Rico (Fonte: BIM, 1999).

ANOS DE ESTUDOS	%
Frequente escola	1,7
De 0 a 1 ano de estudo	33,33
De 1 a 3 anos de estudos	24,18
De 4 a 7 anos de estudos	23,03
De 8 a 10 anos de estudos	9,87
De 11 a 14 anos de estudos	8,58
15 anos ou mais de estudos	0,72
Sem informação	0,29

É muito alto o contingente de chefes sem qualificação. Estes somados aos jovens que saem da escola com, apenas, o ensino fundamental ou o fundamental incompleto, irão caracterizar o mercado de trabalho de Porto Rico que é formado por uma grande maioria de pessoas sem muita escolaridade, com baixa qualificação e baixa remuneração.

3 – Aspectos econômicos

3.1 - SETORES DE ATIVIDADES

O PIB do município de Porto Rico tem como principais fontes a agropecuária (44%), a indústria (2%) e o setor comercial e serviços (54%) (Paranacidade, 2000). O PIB per capita é de US\$ 1.425,57. A seguir, serão analisados cada um dos setores que resultam no PIB municipal.

3.1.1 - O Setor primário

Em Porto Rico, a maioria dos estabelecimentos, 85,1%, é de mini e pequenos produtores. Os médios estabelecimentos (100 a menos de 500 hectares) representam 11,3% dos mesmos. Não existem estabelecimentos com mais de 2000 ha (Tabela 45). Em relação à quantidade de estabelecimentos, por condição de produtor (Tabela 46), percebe-se que, diferentemente de Querência do Norte, o setor rural de Porto Rico possui a maioria dos estabelecimentos nas mãos de proprietários, ou seja, 89,0%. Existem, os ocupantes em, apenas, 2 estabelecimentos, o que representava 0,7% dos mesmos. Essa situação teria de ser checada para o ano de 2000, pois, essa região é, historicamente, de conflitos de terra. O sistema de arrendamento e parceria representa 10,3% dos estabelecimentos.

Em Porto Rico, observa-se que um mesmo estabelecimento possui várias das atividades

estudadas (Tabela 47). Chama-se a atenção para dois fatos: apenas 31,6% dos estabelecimentos possuem matas e florestas nativas, a qual não chega a representar 7% da área agrícola e, o outro, é que grande quantidade de estabelecimentos que possuem pastagens, ou seja 86,4%, ocupando 85,5% da área total dos estabelecimentos. As demais atividades são representam apenas 14,5%. Entre as quais destacam-se as lavouras temporárias.

Tabela 45. Estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total (Fonte: EMATER, 1998).

GRUPO DE ÁREAS	N	%
Menos de 10 ha	94	34,6
De 10 à menos de 100 ha	140	51,5
De 101 à menos de 200 ha	14	5,1
De 201 a menos de 500 ha	17	6,2
De 500 a menos de 2000 ha	6	2,2
Mais de 2000 há	0	-
Sem declaração	1	0,4
TOTAL	272	100,0

Tabela 46. Quantidade de estabelecimentos por condição do produtor (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

TIPO	N	%
Proprietário	242	89,0
Arrendatário	20	7,4
Parceiro	08	2,9
Ocupante	02	0,7
TOTAL	272	100,0

Tabela 47. Número de estabelecimentos e área ocupada por tipo de utilização de terras (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTO		ÁREA (HA)	
	N	%	N	%
Permanentes	75	27,6	413	2,2
Temporárias	88	32,3	769	4,2
Temporárias em descanso	6	2,2	27	0,1
Pastagens naturais	34	12,5	1.163	6,4
Pastagens	201	73,9	14.436	79,1
Total (Matas e Florestas Nativas)	86	31,6	1.265	6,9
Produtivas não-utilizadas	15	5,5	178	1,0
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	272	-	18.251	100,0

Embora poucos estabelecimentos dediquem-se às lavouras temporárias e permanentes, observa-se que 93,4% dos estabelecimentos utilizam controle de pragas e doenças, 43% usam adubos e corretivos (químicos ou orgânicos e corretivos da acidez do solo) (Tabela 48). Por outro lado, 66,9% utilizam-se de práticas de conservação de solo causada pela erosão ou seu desgaste, causados pelos ventos ou pela água das chuvas.

Fato preocupante é que somente 34,9% (um índice muito baixo) procuraram a assistência técnica para as práticas utilizadas. Nesse aspecto, esse é um campo que deve ser explorado de maneira mais rigorosa, pois, há sérias indicações de fontes de poluição do solo e rios bem como do próprio homem. Além disso, segundo a EMATER (1998), existem 3 carvoarias no município.

Tabela 48: Número de estabelecimentos e práticas agrícolas [(Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

PRÁTICAS AGRÍCOLAS	ESTABELECIMENTOS	
	Q	%
Adubos e corretivos	117	43,0
Assistência técnica	95	34,9
Controle pragas e doenças	254	93,4
Irrigação	3	1,1
Práticas de conservação de solo	182	66,9
Total estabelecimentos	272	-

As culturas temporárias mais importantes são a mandioca e o milho, tanto em área quanto em rendimento médio. Mas, como já foi discutido, a área ocupada pelas culturas é pequena em relação à pecuária (Tabela 49).

Tabela 49. Produto, área plantada e colhida, quantidade produzida, rendimento médio dos principais produtos das lavouras temporárias (Fonte: EMATER, 1998).

PRODUTO	ÁREA (HA) PLANTADA	ÁREA (HA) COLHIDA	QTDE. PRODUZIDA (TON.)	RENDIMENTO MÉDIO KG POR HA
Algodão	30	30	45	1.500
Herbáceo				
Arroz	30	30	45	1.500
Feijão	150	150	75	500
Mandioca	350	280	7.000	25.000
Milho	215	170	510	3.000

Com relação às culturas permanentes, o principal produto é o café, que também ocupa um espaço de 400 ha de área plantada, que é pequena quando comparada às pecuária. Em 1998, (EMATER, 1998), foram colhidas 162 tons. de café, com rendimento médio de 400 sacas/ha, para uma área colhida de 350 ha.

A criação de animais é a grande atividade econômica existente no setor rural de Porto Rico. Mais de 50 % da atividade está voltada aos bovinos e à criação de galinhas, galos,

frangos e pintos (Tabela 50). O resto não é significativo. São atividades que exigem baixa quantidade de mão-de-obra.

Tal situação gera uma contradição, pois, é um dos setores que tem maior contribuição em termos de geração de renda (PIB), mas, não é o setor que geram mais empregos. A renda fica concentrada nas mãos de poucos. Essa situação não é particular de Porto Rico, ao contrário, o município reflete o que ocorre no Brasil e é fruto do modelo de desenvolvimento econômico e regional adotado.

Tabela 50. Efetivo Dos Rebanhos (Fonte: EMATER, 1998).

TIPO	CABEÇAS
Bovinos	32.300
Bubalinos	30
Caprinos	50
Equinos	580
Galinhas	10.000
Galos, Frangos e Pintos	4.000
Muare	40
Ovinos	600
Suínos	1.400
Aves – Corte	60.000

Os principais produtos de origem animal comercializados são apresentados na Tabela 51. A quantidade de cabeças de bovinos reflete na carne e no leite comercializados. Observa-se a baixa participação do peixe e a existência da apicultura, que se mostra expressiva no município. A agropecuária, por sua vez, resulta em antropização de área. Segundo a EMATER (1998), a área antropizada pela agropecuária em Porto Rico é devida a 265 estabelecimentos que ocupam 72% do município.

Tabela 51: Quantidade dos principais produtos de origem animal (Fonte: EMATER, 1998).

PRODUTO	QUANTIDADE
Leite (litros)	2.938
Ovos de galinha (mil dúzias)	40
Mel (kg)	1.000
Carne de suínos (tons/carcaça)	36
Peixe (tons. equivalentes de carne limpa)	60
Carne de gado (tons/ carcaça)	903

3.1.2 – Setores Secundário e Terciário

Segundo a Secretaria de Administração, que contabiliza as empresas formais do município, em 1998 existiam 8 indústrias em Porto Rico, que estavam, predominantemente, voltadas à extração de minerais (areia), material de transporte e produtos minerais não metálicos. Além disso, haviam 37 empresas voltadas ao

comércio varejista e 12 estabelecimentos voltados à área de serviços. Como se pode observar, são poucos os estabelecimentos formais existentes. O turismo é uma área a ser explorada na região. Existem, apenas, 2 hotéis não classificados e uma pousada.

Os principais atrativos naturais são: a Barranca do Rio Paraná (c/ infra-estrutura). O rio passa pelo Município com uma extensão de 1500m de largura e ao longo de seu curso formam-se lindas praias naturais. Além disso, existem manifestações Populares como a festa de aniversário do município, em Abril e a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em agosto, que atrai pessoas de toda a região.

3.2- EMPREGO

O Censo Econômico realizado pelo Sebrae (2000) no município de Porto Rico identificou 123 empresas, sendo que deste total, 01 empresa estava com suas atividades paralisadas ou desativadas. As informações a seguir baseiam-se em 122 empresas. Observa-se que as empresas existentes em Porto Rico empregam 460 pessoas. Destas, 355 pessoas são empregadas de maneira formal, o que representa 77,2% e 105 pessoas são de maneira informal o que representa 22,8% (Tabela 52).

O comércio e serviços, além de ter maior quantidade, geram o maior percentual de empregos, 90,0%. A maioria das empresas é microempresa privada. Estas somadas às pequenas empresas ofertam 67,0% dos empregos. Não existem empresas grandes em Porto Rico. No setor comercial lideram lanchonetes e similares e comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, totalizando 22 estabelecimentos.

No setor de serviços, observa-se a liderança de outros serviços auxiliares da construção e atividades de organizações religiosas, totalizando 34 estabelecimentos.

As atividades públicas representam 10,7% das empresas e o setor público gera 21,7% dos

empregos enquanto que o setor privado 78,3%, mostrando um quadro diferente do apresentado para Querência do Norte, no qual o município

tem alta dependência na geração de empregos, do setor público.

Tabela 52. Composição das empresas, quantidade e número de funcionários no município de Porto Rico (Fonte: Sebrae, 2000).

ATIVIDADE	QUANTIDADE	%	FUNCIONÁRIOS	%
Setor				
Indústria	5	4,1	46	10,0
Comércio	60	49,2	100	21,7
Serviços	57	46,7	314	68,3
Tipo				
Formal	55	45,1	355	77,2
Informal	67	54,9	105	22,8
Natureza				
Pública	13	10,7	100	21,7
Privada	109	89,3	360	78,3
Porte				
Micro	118	96,7	212	46,1
Pequena	3	2,5	96	20,9
Média	1	0,8	152	33,0
Grande	0	0,0	0	0,0
Total	122		460	

O município de Porto Rico caracteriza-se por empresas do setor terciário (Comércio e Serviços), ou seja, 95,9% das empresas. De cada 10 empresas, 5, aproximadamente, são informais, ou seja, não possuem registros nos órgãos competentes. As empresas informais abrigam 22,8% da força de trabalho do município. O maior grau de informalidade foi observado nas empresas de serviços, com 70,2%, seguido das empresas do comércio com 43,3% e das empresas industriais com 20,0% (Sebrae, 2000). As micros e pequenas empresas, juntas, totalizam 99,2% do total das empresas cadastradas.

No setor industrial destacam-se empresas voltadas à atividade de construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes,

totalizando 2 estabelecimentos. Existem empresas de extração de pedra, areia e argila e fábrica de sorvete.

Além do baixo número de empresas e emprego, pode-se dizer que o emprego existente absorve 460 dos 58,0% da população economicamente ativa, ou seja, 1.574 pessoas indicando o grave problema social e econômico existente.

4- Infra-estrutura física

4.1 – ENERGIA ELÉTRICA

Um dos indicadores do crescimento dos setores urbano e rural assim como das atividades econômicas está no número de consumidores e

consumo de energia elétrica.

Porto Rico, nesse aspecto espelha o que já foi comentado, ou seja, mostra através do consumo de energia o processo de declínio das atividades econômicas e a estagnação no número de consumidores urbanos e rurais (Tabela 53).

O número de indústrias e comércio não cresceu nos dois últimos anos analisados. Apenas o setor público tem tido pequeno crescimento. No entanto, se olharmos o consumo, a situação mostra-se mais preocupante, pois, primeiro o consumo decresceu no setor industrial indicando uma empresa “mais familiar” ou, o que parece mais remoto, que foram substituídas as máquinas e

equipamentos menos utilizadores de energia.

Apesar do número de estabelecimentos comerciais permanecer o mesmo, o consumo de energia vem, aos poucos, crescendo o que pode indicar que o movimento comercial (de turistas?) pode estar crescendo e exigindo maiores investimentos em equipamentos.

Tanto as residências no setor rural quanto as do urbano, ao longo do tempo, apresentam crescimento no consumo indicando um maior acesso aos equipamentos eletroeletrônicos existentes, ou seja, melhoria na qualidade de vida. Porém, todas essas situações merecem ser analisadas com mais detalhe.

Tabela 53. Número de consumidores e consumo de energia elétrica por classe, para o município de Porto Rico (Fonte: COPEL, 1998).

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES						CONSUMO EM MWH					
	1995		1996		1997		1995		1996		1997	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Residencial	465	66,2	478	66,0	471	65,0	626	32,5	690	34,7	699	34,4
Industrial	07	1,0	07	1,0	07	1,0	49	2,5	41	2,1	33	1,6
Comercial	54	7,7	59	8,1	59	8,2	197	10,2	195	9,8	210	10,3
Rural	134	19,1	137	18,9	136	18,8	506	26,2	498	25,1	516	25,4
Poder público	36	5,1	37	5,1	41	5,7	119	6,2	124	6,2	133	6,5
Iluminação pública	02	0,3	02	0,3	05	0,7	353	18,3	374	18,8	373	18,4
Serviços públicos	04	0,6	04	0,6	04	0,6	78	4,0	65	3,3	67	3,3
Consumo próprio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	702	100	724	100	723	100	1.928	100	1.987	100	2.031	100

4.2- ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A captação de água é feita por poço artesiano, gerenciado pela Sanepar. A capacidade é de 350 m³/dia (Sanepar, 1998).

4.3 – SANEAMENTO BÁSICO

Não há no município sistema de esgotos, os dejetos são lançados em fossas sépticas

(maioria), sendo que algumas são canalizadas à rede pluvial (Sanepar, 1998).

4.4 – COLETA DE LIXO E DESTINO FINAL

A quantidade de lixo produzida por dia é de 0,40 tonelada. O destino do lixo é a incineração, bem como o lixo hospitalar (Secretaria de Saúde, 1998).

4.5 – RODOVIAS

As estradas, que cortam o município, estão discriminadas na Tabela 54.

Tabela 54. Tipos, nomes das estradas e extensão no município de Porto Rico (Fonte: EMATER, 1998).

TIPO DA ESTRADA	NOME DA ESTRADA	EXTENSÃO (KM)
Municipal	Porto Rico/Relíquia	17
Municipal	Ponte Preta	8
Municipal	Marrecas	6
Municipal	Porto São José	4
Municipal	Ouro Verde	5
Municipal	Floresta	4

4.6 – SEGURANÇA PÚBLICA

Em 1997, existiam 2 policiais civis (sendo de 1357 habitantes por policial) e dois policiais militares (sendo 679 habitantes por policial, que é abaixo da média estadual de 589), em Porto Rico. Não existe corpo de bombeiros (D.P./P.M., 1998). Este item merece atenção, tendo em vista que o número de insatisfeitos atinge acima de 55% dos entrevistados. Os principais problemas citados pela população nesta área foram o mau atendimento, falta de policiamento noturno e policiais especializados.

4.7- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Somente a APM está presente em Porto Rico.

4.8 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os principais problemas ambientais apontados pela população são: nos rios, o despejo de esgotos, a poluição, desmatamento, pesca e caça predatória; nas ilhas, a caça, desmatamento, queimadas, erosão, lixo; na Dona Hieda o desmatamento; na Baixada o esgoto; no setor urbano, desmatamento, poluição e queimadas; nas estradas o lixo.

C – São Pedro do Paraná

1- Aspectos gerais do município

1.1 – BREVE HISTÓRICO

A povoação que originou o atual município de São Pedro do Paraná, teve início no ano de 1953. Estava ligado ao município de Loanda e seus desbravadores eram grandes devotos de São Pedro. O crescimento da povoação possibilitou que, já em 21 de novembro de 1962, fosse criado o Distrito Judiciário, pela Lei Estadual Nº 49, com a denominação de São Pedro.

Quando o Distrito foi desmembrado de Loanda e Porto Rico e elevado à categoria de município, a denominação mudou para São Pedro do Paraná, pela Lei Estadual numero 4.788, de 29 de novembro de 1963. A instalação oficial deu-se em 14 de dezembro de 1964.

1.2 – ÁREA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de São Pedro do Paraná está situado na região Noroeste Paranaense. Tem como coordenadas 22°49'00" de latitude Sul e a 53°18'50" de longitude oeste. A superfície do Município é de 211,2 km², o que corresponde a 0,11% da área total do Estado. Localiza-se a 450

metros acima do nível do mar e a 605 km de Curitiba. Limita-se com os municípios de: Loanda, Marilena, Porto Rico e o Estado do Mato Grosso do Sul. Tem como distritos Sede e Porto São José, e pertence a comarca de Loanda.

2- Aspectos Sociais

2.1- DEMOGRAFIA

A população do município é de 2.809 habitantes. Esse total corresponde a 0,03% da população do Estado (Tabela 55).

Tabela 55. População urbana, rural e total nos anos de 1970, 1980, 1991, 1996, para o município de São Pedro do Paraná (Fonte: IBGE, 1998).

ANOS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
1970	758	11,9	5.622	88,1	6.380	100,0
1980	1.263	26,3	3.539	73,7	4.802	100,0
1991	1.374	42,3	1.873	57,7	3.247	100,0
1996	1.528	54,4	1.281	45,6	2.809	100,0

Observa-se que, no município de São Pedro do Paraná, ocorrem dois processos: o primeiro de contínua diminuição da população total devido, em particular, à saída de população do campo, nos anos 70-80 e 90. O segundo, de um processo lento, mas constante, de urbanização. Somente no ano de 1996 a população urbana supera a população rural. Isso indica que o processo de declínio da população é decorrente da expulsão do homem do campo que, vai para

outros municípios, do que propriamente a saída do homem do campo e a sua ida para o setor urbano do mesmo município.

O esvaziamento populacional do município reflete-se na evolução da densidade demográfica e caminha no sentido contrário ao aumento da densidade populacional do estado do Paraná e do Brasil (Tabela 56).

Tabela 56. Densidade demográfica de São Pedro do Paraná, Paraná e Brasil nos anos de 1970, 1980, 1991 e 1996 (Fonte: IBGE, 1998).

LOCALIDADE	DENSIDADE (HABITANTES /KM ²)			
	1970	1980	1991	1996
São Pedro do Paraná	30,2	22,7	15,4	13,3
Paraná	34,7	38,2	42,3	45,1
Brasil	10,9	13,9	17,2	18,4

2.2 – ASPECTOS DE SAÚDE

Por disponibilidade de dados, analisou-se alguns indicadores de saúde. A taxa de natalidade do município é de 13,1 sendo baixa em relação ao Estado e ao Brasil e aos demais países (Tabela 57). Tal aspecto pode estar indicando que, provavelmente, existe uma

população “mais velha” no município. No entanto, esta é uma questão a ser pesquisada. Por outro lado, a taxa de mortalidade é alta em relação à taxa do Paraná e dos países de alto IDH.

Segundo a Secretaria de Saúde (1998), o município tem apenas dois postos de saúde para atender a população. A quantidade de

profissionais qualificados é baixa e o número de habitantes atendido por médico, segundo os dados da Secretaria da Saúde, mostra que a situação do município é muito boa (Tabela 58).

Nesse contexto, cabem algumas indagações: Será que esses indicadores não são dados pela própria situação econômica do município? Quer dizer, enquanto, de um lado, ocorre o

esvaziamento populacional devido a falta de emprego, por outro, o trabalho do médico está relativamente assegurado e ele passa a atender uma menor quantidade de pessoas. Portanto, pode ser que a melhoria do índice ocorra não porque existem médicos suficientes, mas porque não exista população. Essa situação merece também maior aprofundamento.

Tabela 57. Taxas de Natalidade, mortalidade e mortalidade infantil por mil habitantes em São Pedro do Paraná, Paraná, Brasil e países com alto, médio e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (Fonte: Secretaria de Saúde/Ipardes, 1998).

INDICADORES	SÃO PEDRO DO PARANÁ	PARANÁ	BRASIL	PAÍSES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		
				ALTO	MÉDIO	BAIXO
Natalidade	13,1	21,0	34,2	23,4	29,6	43,0
Mortalidade	7,5	5,8	10,3	6,4	7,6	14,0
Mortalidade Infantil	-	18,9	40,0	38,0	52,0	102,0

Tabela 58. Relação de habitantes atendidos por profissional de saúde no município de São Pedro do Paraná (Fonte: Secretaria de Saúde, 1998).

PROFISSIONAIS (NÚMERO)	SÃO PEDRO DO PARANÁ	PAÍSES COM DESENVOLVIMENTO HUMANO				
		PR	BR	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Médico (4)	702	783	641	14.059	9.795	1.383
Cirurgião Dentista (1)	2.809	1.031	-	-	-	-
Farmacêutico/Bioquímico (0)	-	1.682	-	-	-	-
Profissionais de Enfermagem (5)	562	307	619	9.287	-	-

O Sebrae, através de sua pesquisa quanto ao sistema de saúde, revelou que o nível de satisfação da população era de 91%. Apesar deste alto nível de aprovação, foram apontados alguns problemas que merecem atenção. Entre eles estão o mau atendimento de funcionários, falta de recursos financeiros, de médicos e de remédios.

2.3 – SISTEMA HABITACIONAL

Segundo o IBGE (1998) o número de domicílios urbanos é de 408 e existem 342 domicílios rurais. No total existem 750 residências em São Pedro do Paraná. Se

cruzarmos essas informações com as da Tabela 55 (sobre população) observa-se que a densidade domiciliar no setor urbano é de 3,74 e a rural é de 3,75 habitantes por domicílio. Isso indica que, embora ocorra o processo de urbanização, não ocorrem mudanças na composição familiar. A população que se urbaniza, provavelmente, não tem acesso à reciclagem de conhecimentos e à educação formal, o que em princípio alteraria o padrão familiar. Este é um campo que necessita ser aprofundado.

Na pesquisa feita com a população pelo

SEBRAE, constatou-se que o 28% estavam insatisfeitos (consideravam de fraco a regular) o sistema de habitação no município. Os principais problemas apontados foram a falta de casas, casas mal conservadas e alugueis caros.

2.4 – SISTEMA DE ENSINO

O grau de ensino oferecido, o número de alunos e salas é apresentado na Tabela 59. Pela mesma observa-se que existe a pré-escola e os ensinos de primeiro e segundo graus, que hoje, são denominados de fundamental e médio, respectivamente.

A maior parte dos alunos concentra-se no ensino fundamental, ou seja, 80%, seguido do ensino médio, com apenas 14,3% do total que estudam. São Pedro do Paraná, segundo dados da Prefeitura Municipal (Secretaria Municipal da Educação, 1998), o número total de alunos é de 668, sendo que 77% estão matriculados no 1º grau e 23% no 2º grau.

Tabela 59. Grau de ensino, quantidade de alunos e salas de aula no município de São Pedro do Paraná (Fonte: Secretaria da Educação, 1998).

GRAU DE ENSINO	ALUNOS		SALAS	
	N	%	N	%
Pré-Escola	43	6,4	2	5,7
1º Grau	515	77,1	28	80,0
2º Grau	110	16,5	5	14,3
3º Grau	-	-	-	-
Total	668		35	

Ouvida a população quanto ao sistema de ensino, o nível de satisfação atinge 65% dos entrevistados. Este índice nos revela que o sistema merece atenção, com o objetivo de manter a qualidade, pois ainda cerca de 3 em cada 10 habitantes do município não estão satisfeitos com este sistema. As principais dificuldades a serem enfrentadas, segundo Sebrae (2000) são a falta de professores qualificados, poucos investimentos, pouco interesse por parte dos alunos e a

desorganização no setor.

É possível dizer, também, que a continuidade dos estudos é baixa. A passagem do ensino fundamental para o médio cai bastante. O que tem que ser pesquisado é o por quê. Será por falta de salas de aula, necessidade de trabalhar, a saída do jovem da cidade, ou outros motivos?

Analisando o percentual de crianças que freqüentam a escola em relação às crianças que estão na mesma faixa de idade percebe-se que o problema da descontinuidade nos estudos ocorre, em primeiro lugar, na passagem entre a quarta e a quinta série do ensino fundamental (Tabela 60). Depois, de maneira bem mais acentuada, do ensino fundamental para o médio. Somente 59,04% das crianças que estão na mesma faixa etária estão no ensino médio.

Tabela 60. Percentual de alunos que estão matriculados em relação ao total de crianças na mesma faixa etária no município de São Pedro do Paraná (Fonte: BIM, 1999).

GRAU	%
Pré-escola	68,38
1 a 4 série	95,95
5 a 8 série	86,71
Ensino médio	59,04

Como já foi discutido anteriormente, a continuidade, ou a descontinuidade, dos estudos gera um problema sério de acesso ao mercado de trabalho que exige melhor qualificação. Os não qualificados tem maior probabilidade de ter acesso a um mercado de trabalho que paga salários mais baixos e com condições mais precárias. Um mercado de trabalho que seus pais já participam pela baixa qualificação (Tabela 61).

Pode-se observar a baixa escolaridade dos chefes de família, cerca de 53,1% tem até 3 anos de estudos, ou seja são analfabetos funcionais. Um índice muito alto e espelha o grave problema do município. Além disso, 83,2% tem o ensino fundamental incompleto, impondo

políticas públicas que propiciem a reciclagem/treinamento desse pessoal, que tem grandes restrições ao manejo de equipamentos nas novas formas de trabalho.

A título de comparação com os países do Mercosul, a média de escolaridade de um trabalhador brasileiro está em 3,8 anos, contra 6 anos do trabalhador paraguaio e 9 anos do argentino.

Em São Pedro do Paraná existem 6 escolas. Ressalta-se que o município, geralmente, mantém escolas menores tanto no setor rural quanto no setor urbano, com uma média de 15 alunos por sala de aula. As escolas estaduais mantêm uma média maior de alunos por sala,

isto é, 26, 3 e localizam-se no setor urbano (Tabela 62).

Tabela 61. Anos de estudos do chefe de família no município de São Pedro do Paraná para o ano de 1998 (Fonte: BIM, 2000).

SITUAÇÃO	%
Frequenta escola	2,4
0 a menos de um ano de estudo	22,9
De um a 3 anos de estudos	30,2
De 4 a 7 anos de estudos	30,1
De 8 a 10 anos de estudos	7,9
De 11 a 14 anos de estudos	7,3
Quinze ou mais anos de estudos	0,9
Sem informação	0,7

Tabela 62. Quantidade de escolas, alunos e salas por dependência administrativa no município de São Pedro do Paraná (Fonte: Secretaria da Educação, 1998).

DEPENDÊNCIA	ESCOLAS		ALUNOS		SALAS	
	N	%	N	%	N	%
Municipal	04	66,7	300	44,9	15	51,7
Estadual	02	33,3	368	55,1	14	48,3
TOTAL	06	100,0	668	100,0	29	100,0

A distribuição das crianças que estudam se dá de maneira relativamente uniforme. Na Tabela 63 é possível observar que há um contingente maior de mulheres freqüentando a escola. Será necessário ver quais os determinantes de tal situação. Por outro lado, no ano de 1998, ainda existiam professores não habilitados lecionando. A quase totalidade é habilitada, ou seja, 96,4%. A questão da reciclagem, a exigência do governo do Estado da habilitação/qualificação dos professores, a partir de 1998, vem mudando esse quadro, pelo menos formalmente.

O perfil da educação no município apresenta a relação de 1 professor para 12 alunos. Este índice é bem superior à média estadual que é de 1 professor para cada 21 alunos e a nacional de 23 alunos (Tabela 64).

Tabela 63. Distribuição dos alunos por setor, sexo e dos professores por habilitação no município de São Pedro do Paraná (Secretaria de Educação, 1998).

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS	N	%
Área Urbana	378	56,6
Área Rural	290	43,4
TOTAL	668	100,0
Sexo Masculino	314	47,0
Sexo Feminino	354	53,0
TOTAL	668	100,0
DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES	N	%
Habilitados	54	96,4
Não habilitados	02	3,6
TOTAL	56	100,0

Como já foi dito, como analisar estes dados se existem interesses em melhorar os IDH municipais e do Brasil e se o próprio governo

incentiva a promoção do aluno sem reprovação?

Tabela 64. Número de alunos por professor, índice de reprovação e evasão escolar para o Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná (PR), Brasil (BR) e países com diferentes índices de desenvolvimento humano (Fonte: Secretaria da Educação, 1998).

PERFIL DA EDUCAÇÃO	SÃO PEDRO DO PARANÁ	PR	BR	PAÍSES COM DESENVOLVIMENTO		
				BAIXO	MÉDIO	ALTO
No. alunos/Professor	12	21	23	43	27	25
Índice de reprovação	5,0%	16,0%	18,0%	16,0%	10,0%	10,0%
Evasão escolar	6,0%	-	-	-	-	-

3 – Aspectos Econômicos

3.1 – OS SETORES DE ATIVIDADES

O PIB (Produto Interno Bruto) municipal, segundo dados do Paranaidade é de US\$ 5,6 milhões. O setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) contribui com 40%, o setor secundário (indústria de transformação) com 4% e o setor terciário (comércio e serviços) com 56%. Segundo IPARDES (1996), O PIB per capita é de US\$ 1.838,18. A seguir, serão analisados cada setor de atividade.

3.1.1 – O Setor agropecuário

Existem 377 estabelecimentos agrícolas no município (Tabela 65). Observa-se que, a grande maioria é composta por mini e pequenos produtores, ou seja, 88,0%. Além disso, não existem estabelecimentos com mais de 2000 ha.

Tabela 65. Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total para o município de São Pedro do Paraná (Fonte: IBGE, 1996).

GRUPO DE ÁREAS	N	%
Menos de 10 ha	131	34,7
De 10 à menos de 100 ha	201	53,3
De 100 a menos 200 ha	18	4,8
De 200 a menos de 500 ha	17	4,5
De 500 a menos de 2000 ha	10	2,6
Mais de 2000 ha	0	-
TOTAL	377	100,0

A grande maioria dos estabelecimentos está nas mãos dos proprietários (86,5%). Os ocupantes estão em 15 estabelecimentos e representam 4,0% do total dos produtores. A condição de parceiro e arrendatário representa 9,8% (Tabela 66).

Analisando a Tabela 67, percebe-se uma maior quantidade de estabelecimentos que possuem várias atividades ou uma maior de estabelecimentos que se dedicam às culturas permanentes e temporárias.

Tabela 66. Número de estabelecimentos por condição do produtor no município de São Pedro do Paraná (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

TIPO	QUANTIDADE	%
Proprietário	325	86,2
Arrendatário	16	4,2
Parceiro	21	5,6
Ocupante	15	4,0
Total	377	100,0

No caso das lavouras temporárias e permanentes, no entanto, a área ocupada é muito pequena. O mesmo acontece com as matas e florestas nativas em que 50,1% dos estabelecimentos declaram possuir, no entanto a área é a menor até agora estudada (3,0%).

Tabela 67. Utilização de terras por número de estabelecimentos e área no município de São Pedro do Paraná (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

LAVOURAS, PASTAGENS, PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS, MATAS E FLORESTAS	ESTABELECIMENTO		ÁREA (HA)	
	N	%	N	%
Permanentes	117	31,0	538	2,6
Temporárias	161	42,7	1.310	6,2
Temporárias em descanso	13	3,4	101	0,5
Pastagens naturais	1	0,2	56	0,3
Pastagens	313	83,0	18.323	87,3
Total das Matas e Florestas Nativas	189	50,1	623	3,0
Produtivas não-utilizadas	4	1,1	24	0,1
TOTAL	377	-	20.975	100,0

Essa situação mostra a predominância da pecuária como atividade principal. Quer dizer, 83,0% dos estabelecimentos tem pastagens que ocupam 87,3% da área total agrícola do município (Tabela 68). Apesar de pouca área destinada às culturas temporárias, os principais produtos agropecuários são algodão herbáceo,

mandioca, milho e tomate. O principal produto é a mandioca, seguido do milho. Os dois têm rendimentos médios diferenciados privilegiando o primeiro produto.

Os principais produtos da lavoura permanente são o café, a laranja, seguidos do maracujá e a melancia (Tabela 69).

Tabela 68. Área, quantidade e rendimento médio das principais lavouras temporárias no município de São Pedro do Paraná (Fonte: SEAB/DERAL/PAM, 1996/1997).

PRODUTO	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (TONS.)	RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)
Algodão Herbáceo	15	27	1.800
Feijão	40	28	700
Mandioca	1.000	20.500	20.500
Milho	345	968	2.806
Tomate	0,10	2	20.000

Tabela 69. Área Plantada, quantidade produzida e rendimento médio das principais lavouras permanentes no município de São Pedro do Paraná (Fonte: SEAB/DERAL/PAM, 1996/1997).

PRODUTO	ÁREA (HA) PLANTADA	QUANTIDADE PRODUZIDA (TON.)	RENDIMENTO MÉDIO POR (HÁ)
Café	459	734	1.599
Laranja	68	1.371	20.162
Maracujá	2	30	15.000
Melancia	5	125	25.000

Dentre as atividades envolvendo animais, a pecuária, avicultura e suínocultura são dominantes (Tabela 70). Aparece de maneira marginal a apicultura que, em termos de produção, passa a ter certo papel de ser uma alternativa principalmente ao pequeno produtor.

Tabela 70. Efetivo de animais no município de São Pedro do Paraná (Fonte: EMATER, 1998)

TIPO	QIDE. CABEÇAS
BOVINOS	32.000
Colméia	150
Galos, Frangos e Pintos de corte	3.000
Suíños	1.500

Essa situação reflete-se na quantidade produzida de produtos de origem animal (Tabela 71). A pecuária está voltada basicamente para pecuária de leite seguido da de corte, em menor proporção. Os suínos embora em quantidade significativa, tem baixo peso em termos de produto (22 toneladas).

Tabela 71. Quantidade dos principais produtos de origem animal no município de São Pedro do Paraná (Fonte: EMATER, 1998).

PRODUTO	QUANTIDADE
Leite (litros)	4.728
Mel (kg)	1.500
Suíños (ton.carça)	22
Gado (tons. de carça)	600

Considerando as práticas agrícolas, a utilização de medicamentos e agrotóxicos sem a respectiva assistência técnica é, a exemplo dos demais municípios estudados, uma prática relativamente comum (Tabela 72). Apenas 46,4% utilizaram a assistência técnica embora, por exemplo, 92,8% dos estabelecimentos declarassem uso de produtos para controle de pragas e doenças.

No entanto, um fator positivo, é que 65% dos

estabelecimentos têm alguma prática de conservação de solo. É um dos índices mais altos, e essa situação pode estar ocorrendo pelo uso intensivo do solo frágil pelo gado exigindo maiores cuidados.

Tabela 72. Número de estabelecimentos e práticas agrícolas no município de São Pedro do Paraná (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/1996).

PRÁTICAS AGRÍCOLAS	ESTABELECIMENTOS	
	N	%
7Adubos e corretivos	144	38,2
Assistência técnica	175	46,4
Controle pragas e doenças	350	92,8
Irrigação	2	0,5
Práticas de conservação de solo	245	65,0
Total estabelecimentos	377	-

Segundo o Sebrae (2000), os índices de insatisfação nos itens (agrícola) e (outras criações) situam-se em 57% e 23%, respectivamente. Tendo sido apontados como principais problemas o pouco incentivo ao agricultor, faltam melhorias no setor e pouca comercialização.

As principais dificuldades apontadas com relação aos produtores rurais são a falta de cooperativa, poucas linhas de financiamento, falta de lavoura comunitária, juros elevados nos financiamentos, entre outros.

3.1.2 – Setores secundário e terciário

O município de São Pedro do Paraná, no setor formal, tem apenas 12 indústrias, (Paranacidade, 1999). Então, a indústria é pouco representativa e composta basicamente por empresas de pequeno porte. A participação do setor no PIB Municipal é de 4%. O estudo do Sebrae (2000) aponta que 99% da população local se mostra muito insatisfeita com o desempenho deste importante setor da economia. As principais carências neste item são

a falta de indústrias e falta de incentivos por parte da prefeitura.

O setor terciário divide-se em comércio e serviços. Este setor tem uma alta contribuição para a formação do PIB municipal (56%). Existem, no setor formal, 26 estabelecimentos comerciais no município (Paranacidade, 1998). O comércio é generalista, tradicional, composto em sua maioria por atividades de pequeno e médio portes.

O nível de satisfação da população com o setor comercial é de 32% e o de prestação de serviços com aprovação de 51%. Os principais problemas apontados pela pesquisa do Sebrae (2000) são as poucas opções de estabelecimentos comerciais e de serviços e o preço alto dos produtos e serviços. No setor serviços existem, no setor formal, 11 estabelecimentos.

No setor de turismo existem atrativos naturais como o Porto São José, no Rio Paraná, as cachoeiras, o rio São José. Além disso, existe a festa da Padroeira, em junho que pode ser explorada. No entanto, segundo o Sebrae (2000), 93% desaprovam o setor, o que é um dado preocupante se considerarmos que esta é uma das atividades que mais cresce no mundo e mais gera empregos. Os principais problemas apontados são a pouca exploração dos pontos turísticos, a falta de verbas para investimentos no setor e falta de incentivo.

3.2- O EMPREGO

O Censo Econômico no município de São Pedro do Paraná identificou 143 empresas; não houve registros de empresas desativadas entre estas (Tabela 73). Dessas 143 empresas, 11,9% são indústrias, 33,6% estão no comércio e 54,5% são do setor terciário. Estas empresas geram 418 empregos. O grande gerador de emprego é o setor terciário que emprega 61,7% da mão-de-obra.

A grande maioria dos empregos é formal, ou seja, 69,6%. Essa situação aponta para o fato de 30% dos empregos serem informais, portanto,

mal remunerados e precários. A informalidade é predominante nas empresas, 60,8%, o que é um índice muito alto.

Existem somente micro e pequenas empresas, sendo que as primeiras representam 95,1% das mesmas e empregam 70,3% da mão-de-obra. As 7 pequenas empresas empregam 29,7%.

A maioria das empresas é privada, 81,1% e empregam 57,2% da mão-de-obra, indicando o grande peso do setor público enquanto gerador de emprego: 18,9% do total de empresas empregando 42,8% da mão-de-obra total.

No setor industrial destacam-se empresas voltadas à atividade de extração de pedra, areia e argila, seguida da atividade de fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria, fabricação de sorvetes e confecção de outras peças do vestuário.

No setor comercial lideram lanchonetes e similares e comércio varejista realizado em vias públicas, postos móveis, através de máquinas automáticas e a domicílio. No setor de serviços, observa-se a presença de cabeleireiros e outros tratamentos de beleza, seguida de reparação de outros objetos pessoais e domésticos. O município de São Pedro do Paraná caracteriza-se por empresas do setor terciário (Comércio e Serviços), ou seja, 88,1% das empresas.

De cada 10 empresas, 6, aproximadamente, são informais, ou seja, não possuem registros nos órgãos competentes. O maior grau de informalidade foi observado nas empresas do comércio com 62,5%, seguido das empresas de serviços com 61,5% e das empresas industriais com 52,9% (Sebrae, 2000).

As micro e pequenas empresas, juntas, totalizam 100,0% do total das empresas.

Se considerarmos que a população economicamente ativa representa 61,2% da população, ou seja, 1719 pessoas (IPARDES, 1996) pode-se apontar um dos problemas graves existente no município ao constatar que as atividades existentes absorvem 418 pessoas, formal e informalmente.

Tabela 73. Composição das empresas e número de funcionários no município de São Pedro do Paraná (Fonte: Sebrae, 2000).

ATIVIDADE	QUANTIDADE	%	FUNCIONÁRIOS	%
<i>Setor</i>				
Indústria	17	11,9	68	16,3
Comércio	48	33,6	92	22,0
Serviços	78	54,5	258	61,7
<i>Tipo</i>				
Formal	56	39,2	291	69,6
Informal	87	60,8	127	30,4
<i>Natureza</i>				
Pública	27	18,9	179	42,8
Privada	116	81,1	239	57,2
<i>Porte</i>				
Micro	136	95,1	294	70,3
Pequena	7	4,9	124	29,7
Média	0	0,0	0	0,0
Grande	0	0,0	0	0,0
TOTAL	143	100,0	418	100,0

4- Infra estrutura física

4.1- ENERGIA ELÉTRICA

Diferentemente de Porto Rico, São Pedro do Paraná apresentou crescimento no número de residências, indústrias e comércio, bem como no consumo (Tabela 74). Isso indica aumento das atividades econômicas (provavelmente em nível informal), mas não necessariamente melhor qualidade de equipamentos e de acesso a

eletroeletrônicos. A participação relativa desses setores cresceu muito pouco para que se possa afirmar que houve melhoria.

É um dos setores com alto nível de aprovação da população: 90% dos pesquisados declaram-se satisfeitos com o serviço prestado pela Copel. Poucos são os problemas apontados pela população, os mais citados são as quedas constantes de energia, custo alto das tarifas e a falta de iluminação pública.

Tabela 74. Quantidade de consumidores e consumo de energia elétrica no município de São Pedro do Paraná (Fonte: COPEL, 1998).

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				CONSUMO EM MWH			
	1996		1997		1996		1997	
	QTDE.	%	QTDE.	%	QTDE.	%	QTDE.	%
Residencial	529	59,8	549	60,4	819	36,0	859	35,2
Industrial	11	1,2	14	1,5	59	2,6	86	3,5
Comercial	50	5,6	53	5,8	219	9,6	224	9,2
Rural	249	28,1	246	27,0	831	36,3	899	37,0
Poder público	40	4,5	40	4,4	90	4,0	98	4,0
Iluminação pública	03	0,3	05	0,5	213	9,4	224	9,2
Serviços públicos	04	0,5	04	0,4	47	2,1	47	1,9
Consumo próprio	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	886	100,0	911	100,0	2.278	100,0	2.437	100,0

4.2- ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em São Pedro do Paraná a captação é feita em poço artesiano com capacidade de 220 m³/dia, que é gerenciado pela Sanepar, com 538 ligações. Os dados fornecidos pela Copel não coincidem com os dados fornecidos pela Sanepar, no mesmo ano. Pelos dados da Copel o número de domicílios urbanos e estabelecimentos, localizados no setor urbano, somam 602 ligações. Se considerarmos que onde existe casa e/ou estabelecimento deve existir água, pode-se dizer que nem todas as residências possuem água tratada. Este é um dado que merece ser checado.

4.3 – SANEAMENTO BÁSICO

Não há, no município, rede de esgotos, os dejetos são lançados em fossas sépticas (Secretaria da Administração, 1998). São Pedro do Paraná conta com 37% de insatisfeitos devido a inexistência de sistema de esgoto e o tamanho insuficiente da rede de esgoto. Esse baixo percentual mostra a falta de informação do cidadão que crê que ao existir uma rede de esgoto em sua casa ligada à rua significa que existe uma rede coletora de esgoto e um tratamento desse esgoto.

4.4 – COLETA DE LIXO E DESTINO FINAL

A quantidade de lixo produzida por dia é de 0,1 tonelada. O lixo coletado diariamente, no município, é depositado em aterro sanitário, conforme a Secretaria da Administração (1998). A coleta e a destinação do lixo, junto com a coleta e o tratamento dos esgotos e outros efluentes, são as frentes de luta para combater a poluição dos solos e das águas.

Os principais problemas existentes são a demora na coleta de lixo e poucos caminhões para a coleta. Como na questão do saneamento básico, também aqui caberia aos governantes e comunidades pensarem fora dos padrões e encontrarem soluções para a melhoria das

condições de saúde da população, inclusive considerando os aspectos econômicos da questão.

4.5 – SISTEMA RODOVIÁRIO

O governo municipal construiu uma série de estradas (Tabela 75) e 88% da população está relativamente satisfeita com as mesmas. Os principais problemas que merecem atenção pelo setor são as poucas opções de horários e falta de concorrência. Quanto à malha rodoviária municipal (estradas e pontes), a desaprovação fica em 29% . Os principais problemas apontados são as estradas esburacas, falta de pavimentação das e manutenção nas estradas e pontes.

Tabela 75. Tipo de estrada, nome e extensão no município de São Pedro do Paraná (Fonte: EMATER, 1998).

TIPO DA ESTRADA	NOME DA ESTRADA	EXTENSÃO (KM)
Municipal	Beira Rio	7
Municipal	Pousada	7
Municipal	São Pedro/São José	10
Municipal	Loanda/São José	9
Municipal	Marreca	7

4.6 – SEGURANÇA PÚBLICA

O contingente policial de São Pedro do Paraná é composto por cinco membros, um policial civil e quatro policiais militares. A relação entre o número de habitante por policial civil no município é de 2662 e por policial militar de 665. Esta última está um pouco acima da média do Estado do Paraná, que é de 589 (Secretaria da Administração, 1998).

São Pedro do Paraná apresenta uma relação mais alta do que a existente no Paraná. Além disso, um policial civil está para atender, na média, 2.662 pessoas.

O agravamento do problema da segurança pública já começa a atingir as comunidades

menores, aumentando a criminalidade em geral, a prostituição e as drogas. A população aponta os seguintes problemas: falta de policiamento noturno, falta de profissionais qualificados, necessidade de melhor atuação do juizado de menores, pouca segurança na zona rural e demora no atendimento das chamadas de emergência (Sebrae, 2000).

4.7 – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.

As entidades não governamentais existentes no município são a APAE, a APM e a APM (Escola).

4.8 – PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os principais problemas ambientais apontados pela população foram, nos campos, o desmatamento e as queimadas; nas propriedades rurais, o desmatamento e as queimadas; na Estrada Leoni, o desmatamento e a erosão; na Mata Wilson, o desmatamento.

Conclusões parciais

Este relatório parcial teve como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre as políticas públicas mais importantes que afetam a região em estudo.

Através desse levantamento é possível ter uma relativa dimensão dos impactos socioambientais ocorridos na região bem como alguns programas “corretivos”, que não deram muitos resultados.

Foi feita uma parte do levantamento dos dados sobre os municípios. No entanto, é necessário aprofundá-lo e incluir a parte sobre os gastos municipais, em particular, aqueles que repercutem na minimização dos impactos socioambientais.

Partindo da relevância do estudo dos impactos ambientais na região oriundos das atividades econômicas existentes, em particular, aquelas que afetam diretamente o rio, pode-se apontar que as políticas, de maneira geral, trabalham uma sobreposta a outra (“no mesmo

local” e paralelamente) com objetivos contraditórios e mesmo contrários. Como exemplo, pode-se dizer que, hoje, ocorre um brutal investimento na região através do Paraná 12 meses, que visa a reintegração no campo do bóia-fria, que vive na periferia da cidade, complementados por políticas de recuperação do solo e de proteção ao meio ambiente mas, ao mesmo tempo, existe o incentivo à exportação de grãos e de carne, que traz, em seu bojo, grandes impactos ambientais e sociais.

O diagnostico, ainda incompleto, aponta para problemas que existem na região e para futuros aprofundamentos. A região é pobre, com grandes desigualdades sociais e, um problema visível é a falta de emprego e da geração de renda. São municípios que estão diminuindo suas atividades econômicas, bem como suas populações ao longo do tempo.

Trabalhar o meio ambiente, particularmente, o que afeta o rio é, no mínimo trabalhar alguns pontos na área da saúde, da economia (solidária) e do trabalho.

Referências

- AGOSTINHO, A. A. *Considerações sobre a atuação do setor elétrico na preservação da fauna aquática e dos recursos pesqueiros*. In COMASE/ELETROBRÁS. Seminário sobre fauna aquática e setor elétrico brasileiro - Caderno IV : Estudos e levantamentos. Rio de Janeiro : COMASE/ELETROBRÁS, 86p. - Anexo R8. 1994.
- ALENCAR, J. A- Descarte de embalagens de agrotóxicos. *Revista de Ecotoxicologia e meio ambiente*, Curitiba, V. 8:9-26, jan./dez. 1998
- ARRUDA, R. B. - “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de Conservação. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.
- AZEVEDO, R.F. de - A presença do Ministério Público na área do remanescente do rio Paraná. In. Campos, João B. - Parque Nacional de Ilha grande:

re-conquista e desafios, Maringá:IAP/GTZ/Itaipu binacional/CORIPA, 1999.

AZEVEDO, R.F. de & GRISE, L. M. – *Ministério Público: representando a sociedade perante a justiça para garantir a legislação conservacionista*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997

BACHA, C. J C - A evolução do desmatamento no Brasil. In *Revista de Economia e Sociedade Rural*, Brasília, n.2, v.34:110-123, nov./dez.1995.

CAMPOS; J.B.; COSTA - FILHO; L.V. Proposta Técnica para a Implementação da área de proteção ambiental da Ilha Grande. In: Campos; J.B.(organizador)- PNIG: re-conquista e desafios, Maringá:IAP/GTZ/Itaipu binacional/CORIPA, 1999.

CORIPA – *Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência*; SENAGRO – Sensoriamento Remoto, 1996. Zoneamento econômico-ecológico das APA's Intermunicipais de Ilha Grande, Paraná. Curitiba, 1996. 3 v.: il.

DIEGUES, A C. – *Unidades de conservação: aspectos sociais e culturais*. In Anais do Seminário Internacional sobre presença humana em Unidades de Conservação, Brasília, 1997.

DIEGUES, A. C. S. *Os povos da floresta e do mar merecem respeito*. E & d, p. 13-16, agosto, 1994. Suplemento.

DIEGUES, A. C. S. *Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito da natureza intocada*. In: VIEIRA, P. F., MAIMON, D. (Orgs.) *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. APED e UFPA, 1993.

DIEQUES, A C – *Conflitos ente populações e UCs na Mata Atlântica*. In RAMOS E J.P. e CAPOBIANCO (orgs) - *Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)*. Instituto Socioambiental, São Paulo, S P, 1996.

FLEISCHFRESSER, V. – *A intervenção pública conservacionista/produzida em microbacias hidrográficas: possibilidades e limites*, Curitiba, mimeo, 1999.

FRARES, R. . O e NISHIYAMA, P. - *Intoxicações ocupacionais por agrotóxicos na 15ª Regional de*

Saúde do Estado do Paraná: 1991-1995. In *Cadernos de Saúde*, Universidade Estadual de Maringá, vol.1:20-25, número especial, dezembro de 1999.

FUEM/PADCT/CIAMB – *Estudos ambientais na planície de inundação do rio Paraná no trecho compreendido entre a foz do rio Paranapanema e o reservatório de Itaipu*. Maringá:FUEM. 3v. (relatório final do projeto – apoio PADCT/CIAMB), 1995.

GODOY, Amalia M.G. & EHLERT, Leônidas G. – *Porto Rico: a difícil sobrevivência do homem e do meio ambiente*. In VAZZOLER, Anna E A, AGOSTINHO, Angelo A & HAHN, Norma S. – *A planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*, Maringá: EDUEM: Nupélia, 1997.

GUBERT FILHO, F A & OLIVEIRA, J.C. – *Proposta de Sistema Estadual de Unidades de Conservação e Áreas de Uso Regulamentado*. In. Anais do III congresso Florestal e do Meio Ambiente do Paraná, Curitiba, APEF APRE SEAB SEMA SEIC, págs. 49-64, 1991

JACOBS, G.A. – *Unidades de conservação no estado do Paraná: reflexões sob um contexto histórico-ambiental*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de conservação, Curitiba: IAP/UNILIVRE, 1997,2v.

LEMOS, H. M. – *Fundamentos da política nacional de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

LOUREIRO, W. ICMF *Ecológico: a contribuição conservacionista de uma política Tributária*. Curitiba: SEMA / IAP, 1997. In Campos; J.B (organizador) PNIG: re-conquista e desafios, Maringá: IAP.; 1999.

MAACK, R. *As conseqüências da devastação das matas no Estado do Paraná*. Curitiba : Ed. Paranaense, 1953. p.459-472. *Arquivos de biologia técnica*, 8.

MARTINE, G. et al. – *Os impactos sociais da modernização agrícola*, São Paulo:Caetés, 1987.

MATUO, Y.K. et al. – *Organochloride pesticide residues in human milk in Ribeirão Preto region, state of São Paulo, Brazil*. Arch.Envtl. Contam.Toxicol.167 (1992). In SOUZA, Paulo R P –

Conflitos jurídicos, econômicos e ambientais: Estratégias para o desenvolvimento de políticas ambientais e de uso do solo: um estudo de caso da Flórida (EUA) e Paraná (Brasil, Maringá:EDUEM, 1995

MILANO, M.S.; BERNARDES, A T.;& FERREIRA, L.M. – *Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das unidades de conservação*, Brasília: IBAMA/PNMA, 1993. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

MILANO, M. S. - *Planejamento de unidades de conservação: um meio e não um fim*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

MONTOYA, L. J - *Impactos da atividade agrícola nos recursos naturais e sua salvação no Estado do Paraná*. In: XXXI Encontro do SOBER - Ilhéus, 1992 Anais... Ilhéus, 1992.

MOREIR, A. & ANDERSON, A.– *Unidades de conservação no Brasil: populações tradicionais, Estado e Sociedade*. In Anais do Seminário Internacional sobre presença humana em Unidades de Conservação, Brasília, 1997.

NASH, R. – *Wilderness and the american mind*, Yale University Press, third Edition, New Haven and London. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

PÁDUA, M. T. J. – *Sistema Brasileiro de unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos?*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

POLTRONIERI, L C – Agricultura, meio ambiente e saúde pública: a questão dos praguicidas no Brasil. *Revista Sociedade e Natureza*. Uberlândia, v.9, n.17:131-144, jan./jun.1997

RUEGG, E F – *Impactos dos agrotóxicos sobre o meio ambiente e a saúde*. In. MARTINE, G. et al. – Os impactos sociais da modernização agrícola, São Paulo:Caetés, 1987.

SAVI, Mauricio – *Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação: componentes ou complementos do sistema nacional: o estudo de caso do Paraná*. In Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol. I, Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pro Unidade de Conservação, 2v., 1997.

TOMMASINO, KIMIYE - *Fugindo do sistema: começo e fim da utopia dos ilhéus do rio Paraná*. Dissertação apresentada à Faculdade de filosofia, Letras e Ciências humanas da USP, para obtenção do título de mestre, SP: 1985.

VAZZOLER, A E A M, AGOSTINHO, A. A. & HAHN, N. S. (editores) – *A planície de inundação do alto rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*, Maringá: EDUEM/Nupélia, 1997.

WRI, IUCN, PNUMA. *Estrategia Global para la Biodiversidad*. Washington, 1992